negócios

negocios.pt

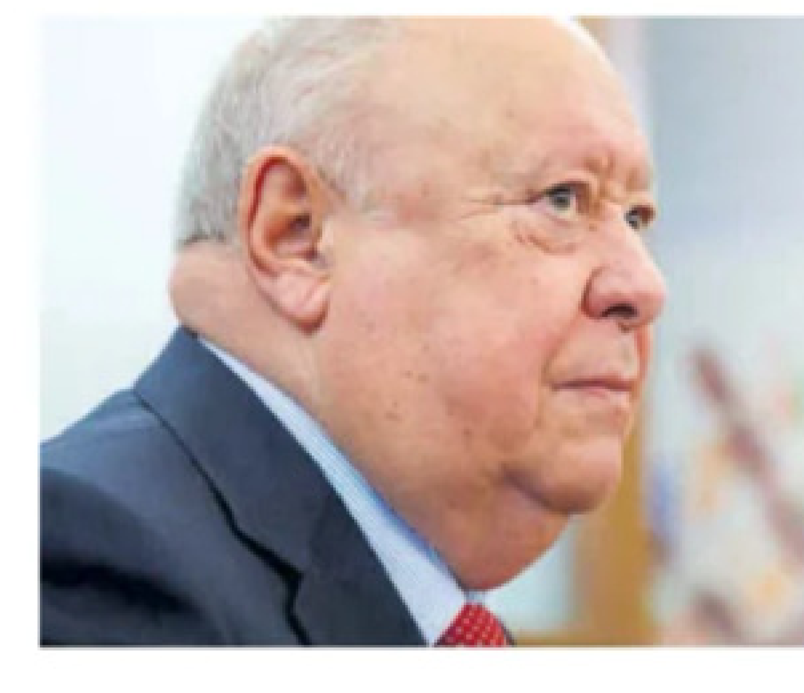
Quarta-feira, 4 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5317 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



MARIANA MAZZUCATO
A inteligência coletiva não é um pensamento de grupo
OPINIÃO 27



FRANCISCO M. FERREIRA
Pedro Nuno Santos sabe que o tempo corre contra si
OPINIÃO 25



Sérgio Lemos

TAP volta a agitar águas. Pedrosa nega acusações

Possíveis crimes, capitalização autofinanciada, contratos simulados, pagamentos duvidosos. IGF arrasa negócio de 2015.

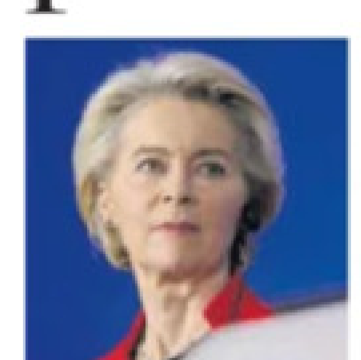
EMPRESAS 14 e 15, EDITORIAL

Receita fiscal não dá margem orçamental extra

Apesar de IRC cobrado ter disparado, IRS vai sofrer com alterações e IVA está a ceder.

ECONOMIA 8 e 9

Nova Comissão começa a ganhar forma. Itália na calha para a Economia



Presidente Ursula von der Leyen já terá esboço das futuras pastas do Executivo comunitário alinhado. Lista final terá ainda de ter o aval do Parlamento Europeu.

ECONOMIA 12



MARCELO REBELO DE SOUSA

Ficou ferido com o caso das gémeas e voltou a ganhar protagonismo com governo minoritário.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Duarte Roriz

Commodities

Chocolate vai ficar mais caro à boleia do cacau

Produto já valorizou mais de 5.000 dólares desde janeiro. Só os ovos sobem mais do que o cacau.

MERCADOS 22 e 23

Petróleo

Crude abaixo de 75 dólares eclipsa ganhos de 2024

HOME PAGE 2

Concorrência

Há entraves no mercado da banana da Madeira

EMPRESAS 16 e 17

Turar Kazangapov/Reuters

Crude abaixo de 75 dólares eclipsa ganhos de 2024



Os investidores estão à espera que os grandes exportadores do cartel OPEP+ decidam, até outubro, se mantêm ou ajustam a estratégia de produção de petróleo.

Os receios em torno do enfraquecimento económico na China e Estados Unidos, bem como as tensões geopolíticas no Médio Oriente e as sanções norte-americanas à Venezuela estão a pressionar os preços do barril de petróleo.

RICARDO JESUS SILVA
ricardosilva@negocios.pt

O acordo para restaurar a produção de crude na Líbia está cada vez mais eminente e os preços do petróleo estão a ser castigados nos mercados internacionais. Existe agora a possibilidade de mais de meio milhão de barris voltarem ao mercado, numa altura em que a procura mundial por esta matéria-prima está a ser bastante pressionada pelas perspetivas económicas nos Estados Unidos e na China.

Os avanços nas negociações para o restabelecimento do fornecimento líbio reforçou a expectativa de que haja um novo aumento da oferta global de petróleo. Em resultado, o crude desvalorizou na sessão de ontem em cerca de 4% nos mercados norte-americano e londrino.

O West Texas Intermediate (WTI), de referência para os EUA, negociou em torno dos 70,60 dólares por barril. Já o Brent, de referência para as importações do continente europeu, derrapou abaixo da linha dos 75 dólares por barril (nos 74,08 dólares), o que não acontecia desde 14 de dezembro do ano passado.

Tanto o crude WTI, como o Brent, já apagaram os ganhos anuais que até tinham reforçado na sessão de segunda-feira, à boleia do agravamento das tensões geopolíticas vividas no Médio Oriente, em conjugação com uma procura global por combustíveis em queda.

Desde dezembro do ano passado que o Brent não negociava abaixo dos 75 dólares.

No entanto, a possível retoma da produção de crude na Líbia, aliada a uma perspetiva de aumento de produção em 180 mil barris por dia pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e pelos aliados da OPEP+, está a fazer com que os preços do barril de petróleo estejam novamente a ser bastante pressionados.

"Os investidores devem estar à espera de perceber o que a OPEP+ vai fazer com a produção em outubro, antes de ganharem coragem para comprar em desconto", afirma Rebecca Babin, estratega da CIBC Private Wealth, em declarações à Bloomberg, numa referência ao atual acordo que está em vigor e que será alvo de ajustes no próximo mês. Os investidores estão à espera de perceber se os produtores vão manter ou alterar a estratégia.

Ainda a pressionar os preços do petróleo está a decisão da administração norte-americana, liderada por Joe Biden, em aplicar novas sanções à Venezuela, em resposta à reeleição contestada de Nicolás Maduro como Presidente do país da América Latina.

De acordo com os dados mais recentes, lançados em fevereiro pela empresa estatal Petróleos de Venezuela e citados pela Lusa, a Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do mundo, com cerca de 300,9 mil milhões de barris. ■

DIA

AÇÃO

Galp desvaloriza em bolsa com queda dos preços do petróleo



A empresa liderada por Filipe Silva encerrou em mínimos de quase cinco meses.

A petrolífera liderada por Filipe Silva está a ser penalizada em bolsa pela desvalorização dos preços do petróleo nos mercados internacionais. A perspetiva do regresso da produção de crude na Líbia e os receios sobre a procura – em particular, nos EUA e na China – levaram a matéria-prima a negociar em mínimos de quase nove meses. O setor da energia europeu a registou o pior dia desde outubro de 2023. ■



-4,12%

Variação este ano: **35,19%**
Valor em bolsa:
13,94 mil milhões de euros

FRASE

“Desde o dia em que eu assumi funções, o meu lugar pertence ao senhor primeiro--ministro, e, portanto, a legitimidade que tenho.



MIGUEL PINTO LUZ
Ministro das Infraestruturas

FOTO



Um católico no país com mais muçulmanos no mundo

O Papa Francisco iniciou ontem uma visita à Indonésia, país com mais muçulmanos no mundo. Este será o primeiro destino de uma viagem que o vai ainda levar a Timor-Leste, Papua Nova Guiné e Singapura. Francisco vai reunir-se com o Presidente, Joko Widodo, e representantes religiosos, além de participar num evento inter-religioso na mesquita Istiqlal, em Jacarta.

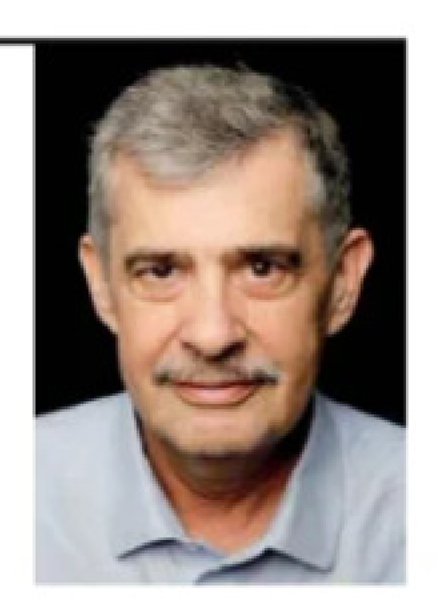
Fotografia: Bagus Indahono / EPA

NÚMERO



A Nova Zelândia vai aumentar em 285% a taxa de entrada de turistas a partir de outubro, a qual passará de 20 para 56 euros.

EDITORIAL




CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

Turbulência rima com TAP

Existem certamente explicações para a auditoria da Inspeção-Geral das Finanças (IGF) sobre a privatização da TAP em 2015 só ser conhecida agora. A mais óbvia de todas é a de que a auditoria só foi pedida em 2023 pelo então ministro das Finanças, Fernando Medina, o que significa que a IGF até trabalhou de forma eficiente.

Todavia, esta circunstância não inibe a possibilidade de se constatar a coincidência de o relatório, que aponta reservas às decisões de Passos Coelho e Maria Luís Albuquerque, primeiro-ministro e ministra das Finanças à data dos factos, ser revelado num momento em que os dois ex-governantes estão no centro das atenções. Passos Coelho é visto como potencial candidato presidencial e Maria Luís Albuquerque foi indicada pelo atual Governo para comissária europeia. Na prática, a IGF diz que David Neeleman, em 2015, comprou 61% da TAP com o pelo do cão, isto é, com um empréstimo da Airbus à própria companhia que esta usaria para encomendar aviões.

A auditoria da IGF é entregue num momento em que a venda da TAP voltou à ordem do dia.

Além disso, a IGF levanta sérias dúvidas sobre a decisão da TAP de comprar a VEM (Varig Engenharia e Manutenção) em 2005. “Perspetivam-se perdas muito significativas com aquele negócio pela não recuperabilidade dos valores envolvidos, que, até 2023, ascendiam a 906 milhões de euros”, diz o relatório. À data o primeiro-ministro era José Sócrates, Mário Lino o ministro que tutelava a TAP e Teixeira dos Santos o ministro das Finanças.

A IGF recomenda ao atual ministro da Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, o envio da auditoria para o Ministério Público, para que este averigue a eventual existência de um ou mais ilícitos de natureza criminal.

Outra coincidência é a da auditoria vir a público num momento de relançamento da privatização da TAP. Ainda no início da semana o presidente da Lufthansa esteve em Portugal para manifestar o interesse da companhia em ser acionista da TAP. O teor da auditoria, num contexto destes, coloca os eventuais interessados com reservas que podem jogar a seu favor, na medida em que desvalorizam o ativo, isto é a TAP. Espantosamente, a TAP nunca consegue sair da zona de turbulência. Este é só mais um capítulo. ■

#03
Marcelo Rebelo **de Sousa**

O Presidente da República ficou ferido com o "caso das gémeas" e voltou a conquistar protagonismo político com o Governo minoritário da AD. Ainda assim, Luís Montenegro mantém uma distância institucional em relação a Marcelo Rebelo de Sousa.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** Presidente da República ● **Naturalidade:** Lisboa **Idade:** 75 anos ● **Formação:** Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ● **Cargos anteriores:** Deputado da Assembleia Constituinte em 1976, integrou o VIII Governo (1981-1983), presidente do PSD entre 1996 e 1999, jornalista e comentador político.





PORQUE DESCE

O "caso das gémeas" brasileiras que receberam tratamento médico em Portugal, um processo que envolveu a Presidência da República e o seu filho Nuno Rebelo de Sousa, fragilizou-o politicamente e constitui um assunto que o continua a atormentar. O caso retirou-lhe poder político e até brilho mediático. Ao invés, as eleições de março e um novo Governo minoritário, desta vez da AD, permitem-lhe de novo assumir relevância no equilíbrio dos poderes políticos num Parlamento muito fragmentado.

TABELA DE CRITÉRIOS

Poder da fortuna	★☆☆☆☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★★
Influência mediática	★★★★★
Perenidade	★★★★★

CELSO FILIPE
cfilipe@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt



A decisão "dolorosíssima" de cortar relações com o filho Nuno, na sequência do chamado "caso das gémeas", marcou o último ano do consulado de Marcelo Rebelo de Sousa, fragilizou a sua imagem junto da opinião pública e tornou-o mais vulnerável a ataques políticos.

O Presidente da República nunca concordou com a separação de Nuno Rebelo de Sousa da sua primeira mulher, Rita Sousa Coutinho, e por isso torceu sempre o nariz à ligação com a brasileira Juliana Drumond. O envolvimento desta no "caso das gémeas" parece ter validado a intuição paterna no que concerne à opção sentimental do filho. Aliás, Marcelo continua a passar férias com a antiga nora e os seus quatros netos.

Este não terá sido o único revés de natureza familiar do inquilino do Palácio de Belém. Por razões desconhecidas, consta que Marcelo Rebelo de Sousa cortou relações com o seu irmão mais novo, Pedro Rebelo de Sousa.

O "caso das gémeas" fez tremer o poder do Presidente da República, mas não se tratou de um foco de instabilidade isolado. Ao avançar com a dissolução da Assembleia da República e a consequente marcação de eleições legislativas antecipadas, Marcelo Rebelo de Sousa voltou a colocar-se numa posição precária. A vitória da AD, embora por escassa margem, nas eleições de 10 de março, deu-lhe um poder acrescido enquanto protagonista político, mas deixa-o nas mãos de terceiros, neste caso do PS, que está a ser pressionado para aprovar a Orçamento do Estado para 2025.

Ao longo da sua permanência em Belém, Marcelo já promoveu três dissoluções do Parlamento (duas no continente e uma na Madeira) e quer evitar, a todo o custo, a inevitabilidade de uma quarta.

Ao aceitar, em novembro de 2023, o pedido de demissão do então primeiro-ministro, António Costa, não dando espaço ao PS (que tinha uma maioria absoluta) para governar com um novo líder, Marcelo Rebelo de Sousa reassumiu o papel de protagonista de que tanto gosta.

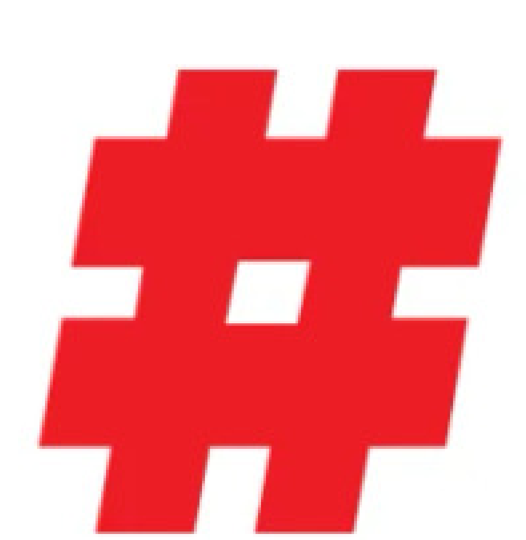
A vitória do PSD, o seu partido do coração, chegou com um "twist". Marcelo, que mantinha uma relação de grande proximidade, e até cumplicidade, com Costa, de quem foi professor, não tem o mesmo grau de empatia com Luís Montenegro. O atual primeiro-ministro toma decisões sem as comunicar informalmente ao Presidente da República e colocou as relações entre ambos num patamar meramente institucional.

O poder de Marcelo Rebelo de Sousa vai ser testado em duas situações específicas. Uma delas será a nomeação do novo Procurador-Geral da República (PGR) que deverá ocorrer em outubro. A outra, a votação do Orçamento do Estado.

A polémica à volta da atual PGR, Lucília Gago, sobretudo por causa da precariedade da

Marcelo Rebelo de Sousa cortou relações com o filho Nuno e deixou de falar com Pedro, o irmão mais novo. No último ano isolou-se mais.

Continua na pág. 7



03 MARCELO REBELO DE SOUSA

Marcelo gostaria que Leonor Beleza fosse candidata presidencial, mas a líder da Fundação Champalimaud já disse taxativamente que não.

TEIA DE INFLUÊNCIA





António Guterres
Têm uma relação bastante próxima e respeitam-se. Apesar de pertencerem a famílias políticas diferentes, estão unidos pela fé católica. Conhecem-se dos tempos da faculdade.

João Silveira Botelho
O vice-presidente da Fundação Champalimaud foi peça essencial na recandidatura de Marcelo Rebelo de Sousa e faz parte do seu núcleo restrito de amigos.

Isabel Mota
Fez parte da direção do PSD liderada por Marcelo Rebelo de Sousa e a relação de amizade vem desses tempos. O Presidente condecorou-a com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

João Amaral
Colega da faculdade, é um dos amigos de longa data de Marcelo Rebelo de Sousa e dos poucos que consegue influenciá-lo. Estiveram ambos envolvidos na criação do jornal Semanário.





Leonor Beleza
A presidente da Fundação Champalimaud, que conhece dos bancos da Faculdade, é a predileta de Marcelo Rebelo de Sousa no seio do seu círculo de amigos mais próximos.

Luís Marques Mendes
Marcelo tem uma relação da alguma cumplicidade com Marques Mendes, embora tenha sempre mantido nas conversas um tom de tratamento institucional.



Filipe Nyusi
Marcelo Rebelo de Sousa tem uma ligação sentimental a Moçambique do qual o pai foi governador e conversa frequentemente com o atual Presidente deste país.

Rita Sousa Coutinho
Marcelo não esconde a admiração pela sua antiga nora (ex-mulher do filho Nuno) e mãe dos seus quatro netos. Está muitas vezes com ela, até para se manter próximo dos netos.

Lídia Jorge
A escritora foi uma das cinco figuras designadas por Marcelo Rebelo de Sousa para o Conselho de Estado. É também uma forma do Presidente da República se aproximar do lóbi das letras.



António Lobo Xavier
O Presidente da República escolheu esta figura histórica do CDS/PP para conselheiro de Estado. Além de advogado é também um influente comentador e um aliado próximo de Marcelo.

João Lourenço
Marcelo Rebelo de Sousa mantém contactos frequentes com o Presidente de Angola e dá-se bem com a mulher deste, Ana Dias Lourenço. O chefe de Estado privilegia a lusofonia.



Joana Carneiro
A maestrina, filha do antigo ministro da Educação Roberto Carneiro (1987-1991), foi convidada por Marcelo Rebelo de Sousa para integrar o Conselho de Estado.



Fernando Frutuoso de Melo
É desde 2016 o chefe da Casa Civil do Presidente da República. Esta longa ligação e o "caso das gémeas" diz muito sobre os laços fortes que os unem.

Maria João Ruela
A antiga jornalista da SIC é consultora de Assuntos Sociais e Comunidades Portuguesas e tem opiniões que Marcelo Rebelo de Sousa valoriza. Foi também um pára-choques no "caso das gémeas".



Manuel Clemente
Marcelo Rebelo de Sousa tem uma relação de grande proximidade com o antigo cardeal-patriarca de Lisboa e uma enorme proximidade em relação à Igreja motivada por questões de fé.



Inês Domingos
A atual secretária dos Assuntos Europeus era, até esta nomeação, conselheira do Presidente da República em matérias relativas aos fundos europeus e ao PRR, a que este dá prioridade.



Luís Montenegro
O Presidente da República e o primeiro-ministro são da mesma família política, mas Luís Montenegro mantém uma distância institucional a que Marcelo não estava habituado.

Continuação da pág. 5

Operação Influencer, que conduziu à demissão de António Costa, e também da forma como lidou com o "caso das gémeas", faz com que todos os holofotes se virem para o processo de escolha do seu sucessor (ou sucessora). Embora a proposta tenha de partir do Governo de Luís Montenegro, Marcelo Rebelo de Sousa terá a palavra final. "Será a decisão mais importante dos próximos tempos", sublinha uma fonte próxima de Belém ao Negócios.

A nomeação do novo Procurador-Geral da República será muito provavelmente a decisão mais difícil que terá de tomar este ano.

O desafio do novo PGR e a "predileta" Leonor

As fugas de informação, e não só, voltaram a pôr na ordem do dia o crónico dossiê da reforma da Justiça. Em junho, à luz deste quadro, Marcelo Rebelo de Sousa declarava aos jornalistas: "A Procuradoria-Geral da República, que eu saiba, também já anunciou que ia proceder a uma investigação. A democracia portuguesa conhece já há muitos anos o problema e o debate sobre o segredo da justiça e as fugas ao segredo de justiça. Isso é uma realidade que existiu e tem existido ao longo da democracia e naturalmente que é um dos pontos importantes numa reforma da Justiça a ser ponderado. Há muito tempo na sociedade portuguesa há um acordo quanto ao repensar a Justiça portuguesa, à reforma da Justiça, e, agora, voltou a ser afirmado isso e é uma tarefa que os partidos têm entre mãos, importante, para poder concretizar".

Nestas circunstâncias, o processo de substituição de Lucília Gago reveste-se de uma natureza homérica, na medida em que será praticamente impossível conseguir uma escolha consensual. Como tal, a opção de Marcelo Rebelo de Sousa equivalerá sempre a caminhar sobre gelo fino.

O Orçamento do Estado é outra matéria em que Marcelo está forçosamente empenhado. Para levar o seu mandato ao até ao fim, sem mais uma crise política de premeio, precisa que o OE seja aprovado. Com o Chega a colocar-se à margem, a responsabilidade recai por inteiro no PS de Pedro Nuno Santos, mas também no Governo.

"Todos temos noção que se o Orçamento do Estado não for votado no fim do ano, isso significa que há dois caminhos: ou há uma crise política eleitoral ou uma crise política não eleitoral, que é o Governo a governar em duodécimos de forma precária, enfraquecido, e com a gestão dos fundos europeus a ser imediatamente atingida", sublinhou o chefe de Estado, à margem da COTEC Innovation Summit, em Santa Maria da Feira, em maio deste ano.

A análise foi acompanhada de dois recados. Um para o PS em jeito de lembrete: "Enquanto líder da oposição, era primeiro-ministro o engenheiro António Guterres, eu viabilizei orçamentos. Três sucessivos por uma razão muito simples: para chegar ao euro, como os outros. O Governo cedeu numas coisas e a oposição cedeu noutras. É assim em democracia". Outro para o PSD: "Quando não há uma maioria, todos têm de dialogar. Não é só quem não está no Governo. Quem está no Governo também tem a responsabilidade de dialogar".

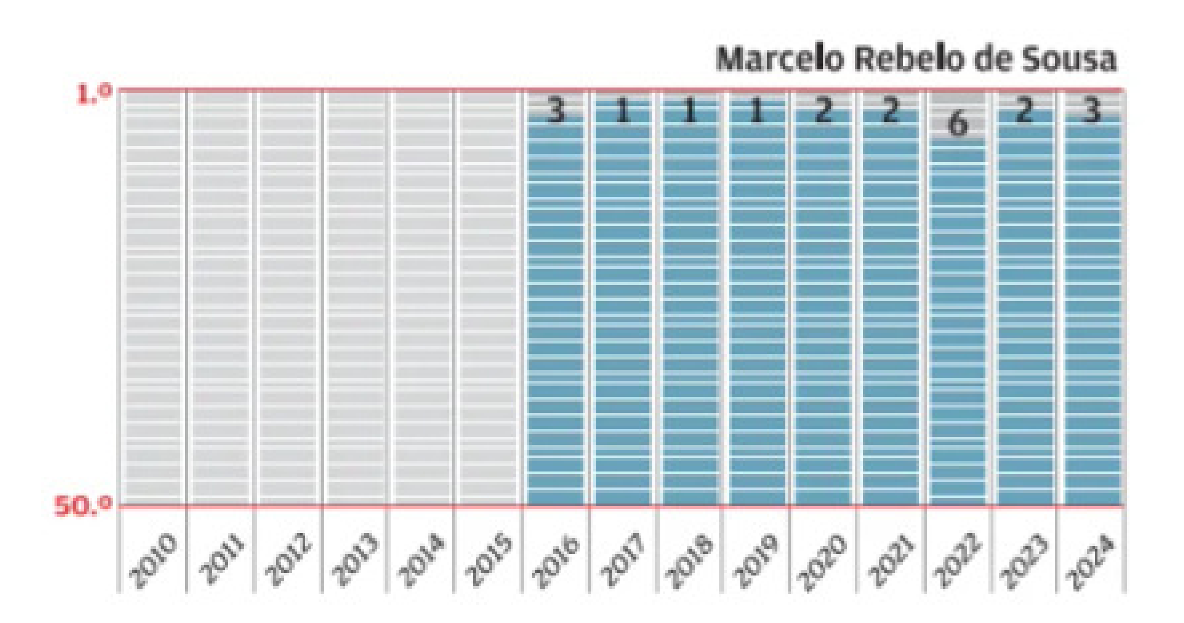
Marcelo Rebelo de Sousa, apesar das circunstâncias, continua a ser um mestre na arte da política florentina e há mesmo quem lhe atribua a responsabilidade pelo facto de Leonor Beleza ter emergido na praça pública como uma possível candidata a Belém. A presidente da Fundação Champalimaud é uma das suas prediletas e, neste enquadramento, é admissível que Marcelo tenha posto a circular esta especulação. A realidade é que a mesma, por uma razão ou outra, ganhou asas, e até o secretário-geral do PSD, Hugo Soares, em entrevista ao Expresso, identificou Leonor Beleza como uma potencial "excelente candidata". Todavia, a líder da Fundação Champalimaud, numa resposta por escrito aos alunos da Universidade de Verão do PSD, tornada pública no última dia de agosto, colocou um ponto final nesta especulação: "A minha posição é simples: não, obrigada, não pondero nem ponderarei tal candidatura", declarou Leonor Beleza.

Embora o "caso das gémeas" continue a fazer mossa, Marcelo tem vindo a recuperar protagonismo. As férias num hotel de três estrelas em Monte Gordo transmitem a ideias de que é um português como os outros, até porque o seu rendimento é bem mais modesto do que aquele que obtinha enquanto professor universitário e autor de pareceres constitucionais. Dá-lhe uma "boa imagem" resume um interlocutor que o conhece. Em contrapartida, isolou-se mais. "Quem o via mais, agora vê-o menos". A preparar-se para a última etapa do seu mandato e com poderes presidenciais limitados a partir de setembro do próximo ano, Marcelo Rebelo de Sousa ambiciona o regresso a uma normalidade política que lhe permita sair de Belém pela porta grande. ■

MENOS PROEMINÊNCIA POLÍTICA

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

O Presidente da República ficou vulnerável com o "caso das gémeas" e ainda não conseguiu recuperar a proeminência política de tempos recentes.



Fonte: Negócios



O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA



JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA
Cardeal

"Não podemos simplesmente delegar o futuro nas mãos de um processador de algoritmos."

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

1.º	
2.º	
3.º	Marcelo Rebelo de Sousa
4.º	Ursula von der Leyen
5.º	Luís Montenegro
6.º	Paulo Macedo
7.º	Joe Biden
8.º	Pedro Soares dos Santos
9.º	Cláudia Azevedo
10.º	Xi Jinping
11.º	Miguel Stilwell
12.º	Paula Amorim
13.º	António Rios Amorim
14.º	Miguel Maya
15.º	Paulo Fernandes
16.º	Mário Centeno
17.º	Pedro Castro e Almeida
18.º	Giorgia Melloni
19.º	Olaf Scholz
20.º	Salvador de Mello
21.º	Emmanuel Macron
22.º	Fernando Campos Nunes
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

ORÇAMENTO DO ESTADO

Receita fiscal não dá sinais de margem orçamental extra

Apesar de a receita de IRC ter disparado, a receita fiscal, como um todo, está a evoluir em linha com o esperado e não antecipa, para já, margens orçamentais extras. Receita de IRS vai ser penalizada pelas alterações ao imposto e crescimento da receita do IVA já sofre com abrandamento da economia.

António Pedro Santos/Lusa



As contas da execução orçamental não sinalizam que Miranda Sarmento tenha alguma margem orçamental extraordinária para este ano.

SUSANA PAULA*
susanapaula@negocios.pt

Apesar de a receita com IRC ter disparado até julho, o total da receita fiscal que entrou nos cofres do Estado nos primeiros sete meses do ano não dá, para já, sinais de uma margem orçamental adicional para novas medidas que venham a acrescentar pressão do lado da despesa.

Segundo a síntese de execução orçamental até julho, divulgada pela Direção-Geral de Orçamento (DGO) na semana passada, o Estado amealhou 33.403,7 milhões de euros em receita fiscal, quase mais cerca de 2,3 mil milhões de euros do que no mesmo período do ano passado, numa ótica de caixa.

O acréscimo é significativo, mas está, para já, dentro do esperado. No Orçamento do Estado (OE) para 2024, desenhado pelo anterior ministro das Finanças, previa-se uma receita fiscal de 60,1 mil milhões de euros, mais 2,7 mil milhões do que se previa, na altura, que fosse arrecadado em 2023 – num aumento de 4,8%.

Assim, a meio do ano, estes valores mostram que ainda não entrou nos cofres do Estado todo o acréscimo de receita que se previa para este ano, sinalizando que não há uma margem orçamental extra que venha pelos impostos (e ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em 2022, em que o crescimento da economia, do emprego e da inflação fizeram disparar a receita com IRS e IVA, por exemplo).

Até ao final de julho, a receita arrecadada com o IVA estava praticamente estagnada.

A grande exceção está nos impostos diretos: em concreto o IRC. Tal como o Negócios escreveu na semana passada, a receita com o imposto que as empresas pagam sobre o seu lucro (e cuja taxa normal o Governo quer reduzir) atingiu 6,9 mil milhões de euros até julho, mais 1,8 mil milhões do que no mesmo período do ano passado (um aumento homólogo de 36%). Os dados da execução orçamental mostram que com o "avanço" de julho – o mês em que as empresas

tiveram de entregar a Modelo 22 e, assim, pagar a maior parte do imposto devido – já entraram nos cofres do Estado 85% da receita com IRC estimada para este ano.

Embora nos próximos meses deva entrar mais receita de IRC (até porque as empresas ainda têm várias obrigações com este imposto até ao final do ano), a maior fatia já foi encaixada.

O IRS também já ultrapassou as expectativas, mas numa dimensão menor. No OE 2024, era esperada uma ligeira redução da receita com o imposto que incide sobre os rendimentos das famílias de 75 milhões, mas os dados da execução orçamental mostram o oposto: até julho já entraram mais 76 milhões de euros com este imposto do que o orçamentado.

Só que a receita de IRS vai ter um revés até ao final deste ano, dado que as mudanças no imposto (alterações às taxas, à dedução específica e ao mínimo de existência) vão implicar uma retenção menor – avaliada em 650 milhões de euros – até ao final do ano.

Receita do IVA quase estagnada

No entanto, com sinal inverso estão as receitas com impostos indiretos, com particular destaque para o IVA. A receita com o principal imposto sobre o consumo está praticamente estagnada, tendo crescido apenas 0,7% nos primeiros sete meses do ano face ao mesmo período de 2023. O ligeiro crescimento representa apenas mais 96 milhões de euros, quando o que se esperava era que a receita com IVA crescesse mais 1,8 mil milhões de euros, para 24,4 mil milhões.

Além disso, a receita de impostos de dimensão mais pequena, como o sobre veículos ou sobre o tabaco, está a cair. E outros impostos do consumo estão a crescer em linha com o calendário.

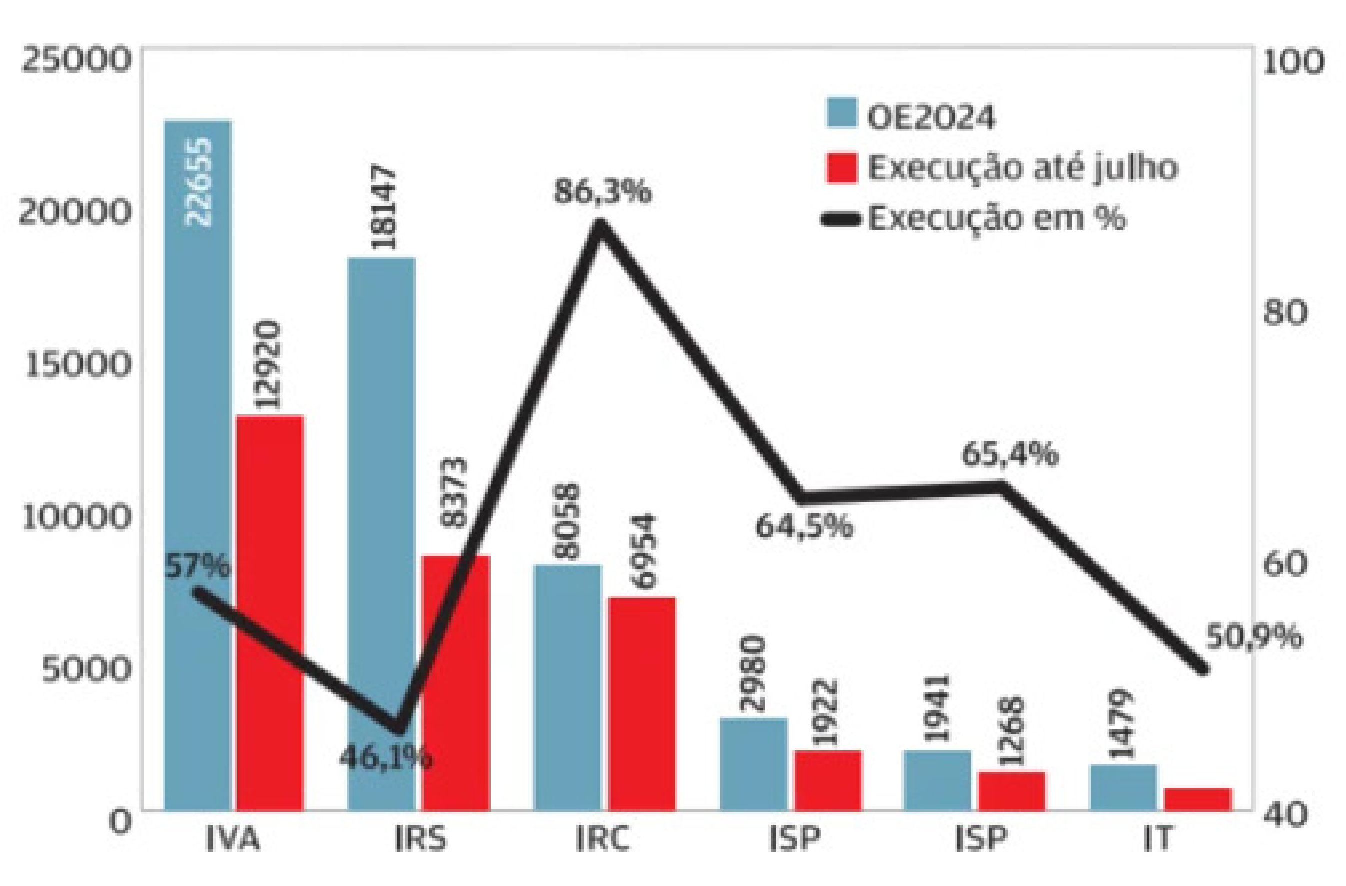
Em sentido inverso entre os impostos indiretos está o ISP. A receita cresceu 15% até julho e em termos homólogos, atingindo 1,9 mil milhões de euros. A receita com o ISP está a acelerar desde que se começou a desfazer o congelamento integral da taxa de carbono que se manteve nos primeiros cinco meses do ano passado, e deverá crescer ainda mais em face de novo descongelamento parcial da taxa já pelo novo Governo, em agosto, apesar de se manterem outros apoios aos combustíveis.

Com a economia em abrandamento e a contrariar a expectativa de um crescimento de 2% ou mais no PIB esperado por Miranda Sarmento, é pouco provável que destes impostos venha uma margem orçamental extra, como aconteceu em anos anteriores. Além disso, mesmo um eventual crescimento de receita em 2024 acima das expectativas poderá não se arrastar para 2025 dada a natureza cíclica de vários impostos, e numa altura em que a economia dá sinais de manter o abrandamento. ■ *Com MC

EXECUÇÃO DA RECEITA DE IRC NOS 85%

Comparação entre a receita orçamentada para 2024 e a receita arrecadada até julho

O Estado já arrecadou cerca de 55% da receita fiscal que previa para este ano. A generalidade dos impostos apresenta um ritmo de execução em torno dos 50% nos primeiros sete meses do ano. A grande exceção é o IRC: só falta arrecadar mil milhões de euros do estimado este ano.



Fonte: DGO e relatório do OE24

60,1

MIL MILHÕES

É o total de receita fiscal que se estima arrecadar para os cofres do Estado este ano.

650

ALTERAÇÕES DE IRS

As alterações ao IRS vão implicar uma menor receita de imposto em 650 milhões de euros.

Governo não divulgou o impacto do fim dos apoios extraordinários

Medidas custaram até julho 1,6 mil milhões de euros. Algumas prosseguirão, como o apoio à renda, mas maioria tenderá a acabar.

Ao contrário do que sucedeu há um ano, quando as contas do Orçamento do Estado (OE) para 2024 beneficiaram de um alívio próximo dos 1,8 mil milhões de euros com a diminuição de apoios extraordinários de resposta à inflação, os dados de preparação do Orçamento para 2025 já enviados ao Parlamento não dão conta de qualquer variação de receita ou despesa com a retirada ou diminuição de apoios.

O Quadro de Políticas Invariantes, que deve refletir os impactos de medidas já autorizadas na nova programação orçamental, é um dos documentos que o Governo está obrigado a remeter aos deputados, tendo sido enviado na última sexta-feira. Sem novas medidas da proposta do OE esperada no próximo mês, o Ministério das Finanças contabiliza cerca de 5,8 mil milhões já comprometidos (incluindo mesmo mil milhões do IRS Jovem, cujo diploma de autorização legislativa terá ainda que ser votado no Parlamento, mas não a descida de IRC, que está em igual situação).

Fora do primeiro esboço orçamental fica, no entanto, o impacto do fim de medidas extraordinárias, que o Governo não divulga. Até julho, a resposta pública à escalada da inflação custou 1.651,8 milhões de euros, segundo a última síntese de execução orçamental.

Deste valor, há 200 milhões em apoio para baixar tarifas da eletricidade que não terão reflexo na contabilidade nacional deste ano por terem sido já reconhecidos como despesa em 2023, e por isso também não relevam para 2025. Noutros casos, há apoios que persistirão nos próximos anos. Por exemplo, o apoio extraordinário à renda vigorará até ao fim de 2028 e o Governo comprometeu-se já com a renovação de 220 milhões de euros de ajuda à Ucrânia em 2025.

A grande fatia das medidas são, no entanto, ainda apoios no consumo de energia, mantidos há mais de dois anos. Desde logo, reduções em ISP que se previu que custassem este ano 1.699 milhões de euros. Mas também o apoio ao sistema elétrico nacional, que, além dos 200 milhões reconhecidos nas contas de 2023, teve mais 366 milhões de impacto neste ano.

Tal como o Negócios noticiou, o Governo estava no último mês a avaliar o fim ou extensão destas medidas, que de resto a Comissão Europeia tem insistido que sejam retiradas. Em agosto, houve já subida parcial na taxa de carbono, que significará mais receita neste ano e também em 2025.

O Negócios questionou as Finanças sobre a variação de despesa esperada em 2025 com alterações nos apoios do chamado choque geopolítico, mas não obteve resposta, que ainda aguarda. ■ MARIA CAETANO

1,6

EXECUÇÃO

Até julho, as medidas extraordinárias custavam 1,6 mil milhões de euros, segundo a Direção-Geral do Orçamento.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Exportações abaixo dos 50% do PIB na primeira metade do ano

Peso das exportações portuguesas não foi além dos 47% do PIB nos primeiros seis meses do ano. Queda das vendas ao exterior, devido aos preços mais baixos e conjuntura externa adversa, ameaçam intenção do Governo de elevar exportações e consolidar meta dos 50%.

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt

Armando França/AP



Peso das exportações de Portugal já é superior aos das três maiores economias europeias, incluindo a alemã.

Depois de as exportações portuguesas terem superado 50% do produto interno bruto (PIB) com a ajuda da inflação, a intenção do Governo é "consolidar" esse patamar. Mas, com a descida dos preços a penalizar o valor total de exportações, regressar a essa meta ficou mais difícil. Na primeira metade do ano, as exportações ficaram abaixo dos 50% do PIB e as previsões para o resto do ano não são animadoras.

Portugal exportou, entre bens e serviços, um total de 65,6 mil milhões de euros no primeiro semestre deste ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Ora, com a economia portuguesa a crescer, em termos nominais, para 139,8 mil milhões de euros até junho, isso significa que as exportações nacionais na primeira metade do ano corresponderam a 46,9% do PIB, um valor abaixo da fasquia desejada.

Até à data, só em 2022 é que o peso das exportações portuguesas foi superior a 50% do PIB. Embora o anterior Governo tenha atribuído esse resultado histórico sobretudo a ganhos de quota de mercado, certo é que a inflação deu um contributo precioso. Como as exportações são contabilizadas em termos nominais (que não excluem o efeito da inflação), com os preços a subir, o valor total das exportações "insufla", ou seja, aumenta de forma "artificial" ou meramente aritmética.

A confirmar isso, em 2023, as exportações portuguesas, de bens e serviços, voltaram a valer menos de metade da riqueza criada pelo país, ao caírem de 49,6% para 47,5% do PIB. Essa descida foi explicada, em grande medida, pelo facto de a trajetória ascendente dos preços dos bens e serviços que Portugal vende ao exterior se ter invertido na reta final desse ano, com particular destaque para as exportações de bens.

> **46,9%**
> **EXPORTAÇÕES**
> Peso das exportações portuguesas, de bens e de serviços, face ao produto interno bruto (PIB) na primeira metade deste ano.

Este ano, com o crescimento dos principais parceiros comerciais a abrandar (a Alemanha contraiu no segundo trimestre), o regresso à meta de 50% é uma tarefa hercúlea. Além disso, as exportações de bens caíram pelo terceiro mês consecutivo em junho, devido também ao facto de os preços das mercadorias estarem a registar valores negativos.

O próprio Governo de Luís Montenegro parece reconhecer essa dificuldade. "Não é nada mau se, nos próximos anos, consolidarmos esse patamar dos 50%", referiu o ministro da Economia, Pedro Reis, numa entrevista conjunta ao Negócios e Público em abril, durante a primeira visita oficial ao exterior. Porém, em vez de anunciar uma "meta ambiciosa", revelou mais interesse em garantir que Portugal "terá mais valor acrescentado nessas exportações".

Nos primeiros seis meses do ano, Portugal exportou 41,5 mil milhões de euros em bens ao exterior e 24,1 mil milhões de euros em serviços. Isso significa que, para as exportações conseguirem um peso de 46,9% no PIB, os bens contribuíram com 29,6 pontos percentuais e os serviços com 17,3 pontos percentuais.

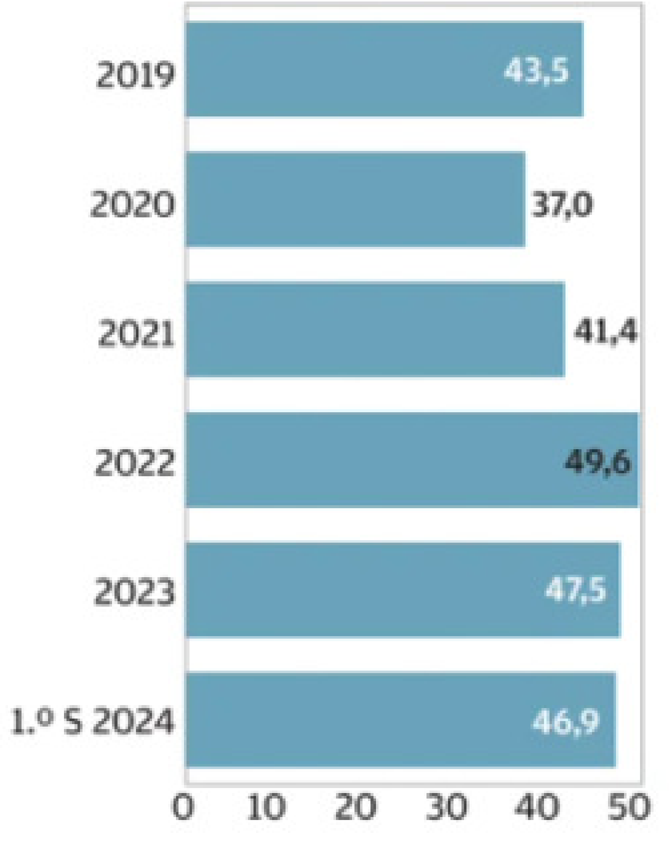
Em termos trimestrais, o peso das exportações no PIB foi de 47% entre janeiro e março e 46,9% entre abril e junho deste ano. Na Zona Euro, as exportações também beneficiaram dos efeitos da inflação e estão agora a registar valores mais baixos do que em 2023. Ainda assim, no conjunto de 20 países da moeda única, as exportações representam um valor acima dos 50% do PIB (50,6% no primeiro trimestre e 50,9% no segundo). Em comparação com as três maiores economias europeias (Alemanha, França e Itália), é em Portugal que as exportações pesam mais face à riqueza criada.

Em relação ao valor acrescentado das exportações onde tem estado o foco do Governo, verificou-se que, no primeiro semestre, as exportações de alta tecnologia aumentaram 7,2%, em comparação com igual período do ano anterior. O peso destas exportações no total vendido lá fora ronda os 15%. ■

EXPORTAÇÕES ESTÃO A PERDER PESO

Peso das exportações face ao PIB, em %

As exportações nacionais atingiram 50% do PIB em 2022. Mas, desde então, o país tem revelado dificuldades em regressar a essa fasquia. Em 2023, o peso das exportações no PIB desceu para 47,5% e, este ano, os primeiros seis meses apontam para uma nova diminuição.



Fonte: INE, GPEARI e cálculos Negócios

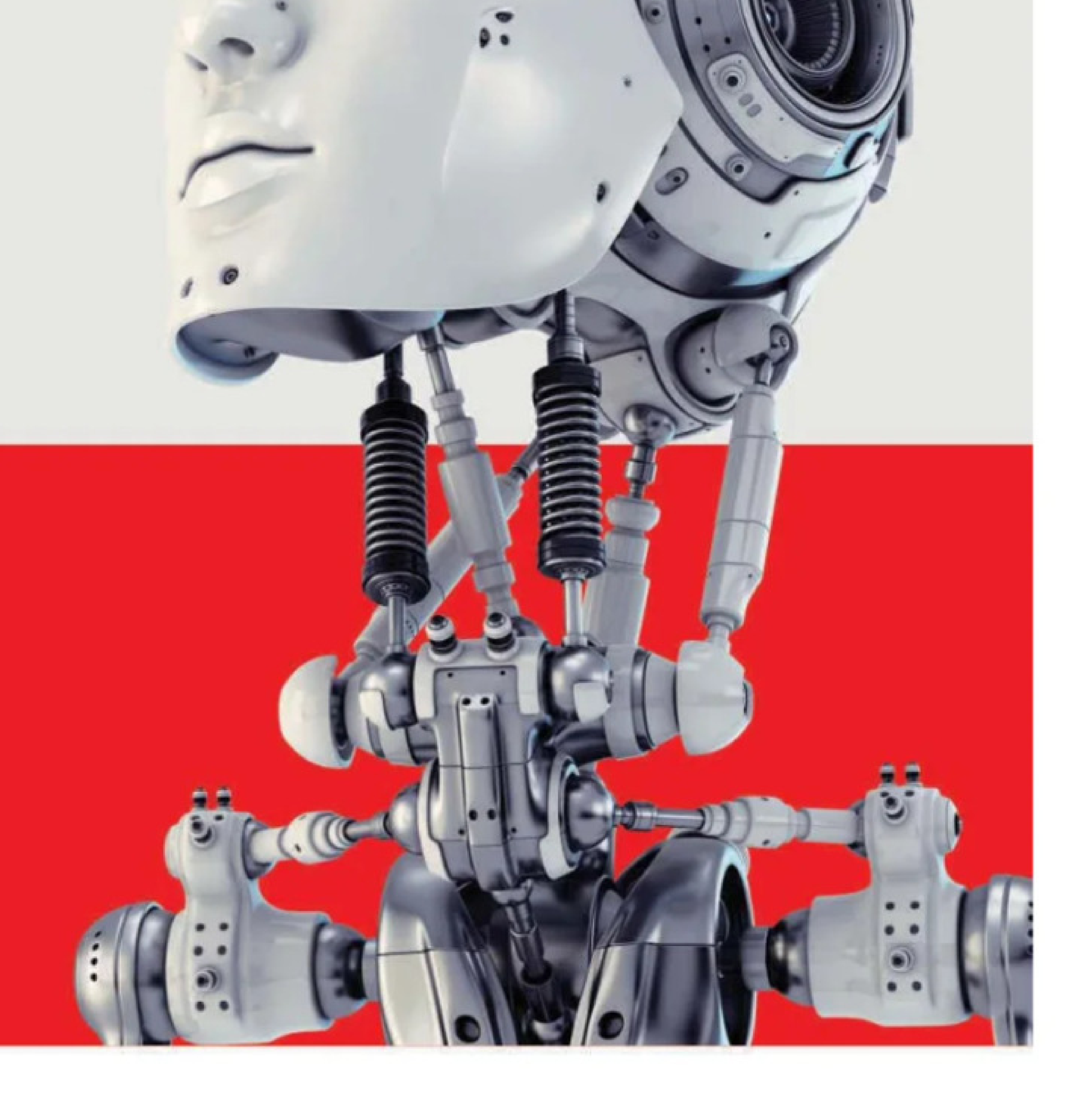
A inteligência artificial faz-nos lembrar uma verdade: com grandes poderes vêm grandes responsabilidades.

A inteligência artificial avança, nada a pode parar. São vários os dilemas éticos nesta nova realidade. Estar bem informado ajuda na reflexão. O Negócios pretende ajudar a trazer luz a este tema.

#O PODER DE FAZER ACONTECER

negocios

Tem as respostas.

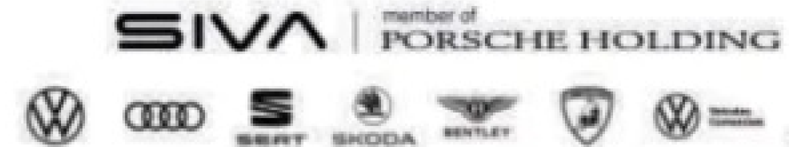


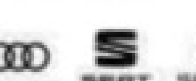
MECENAS













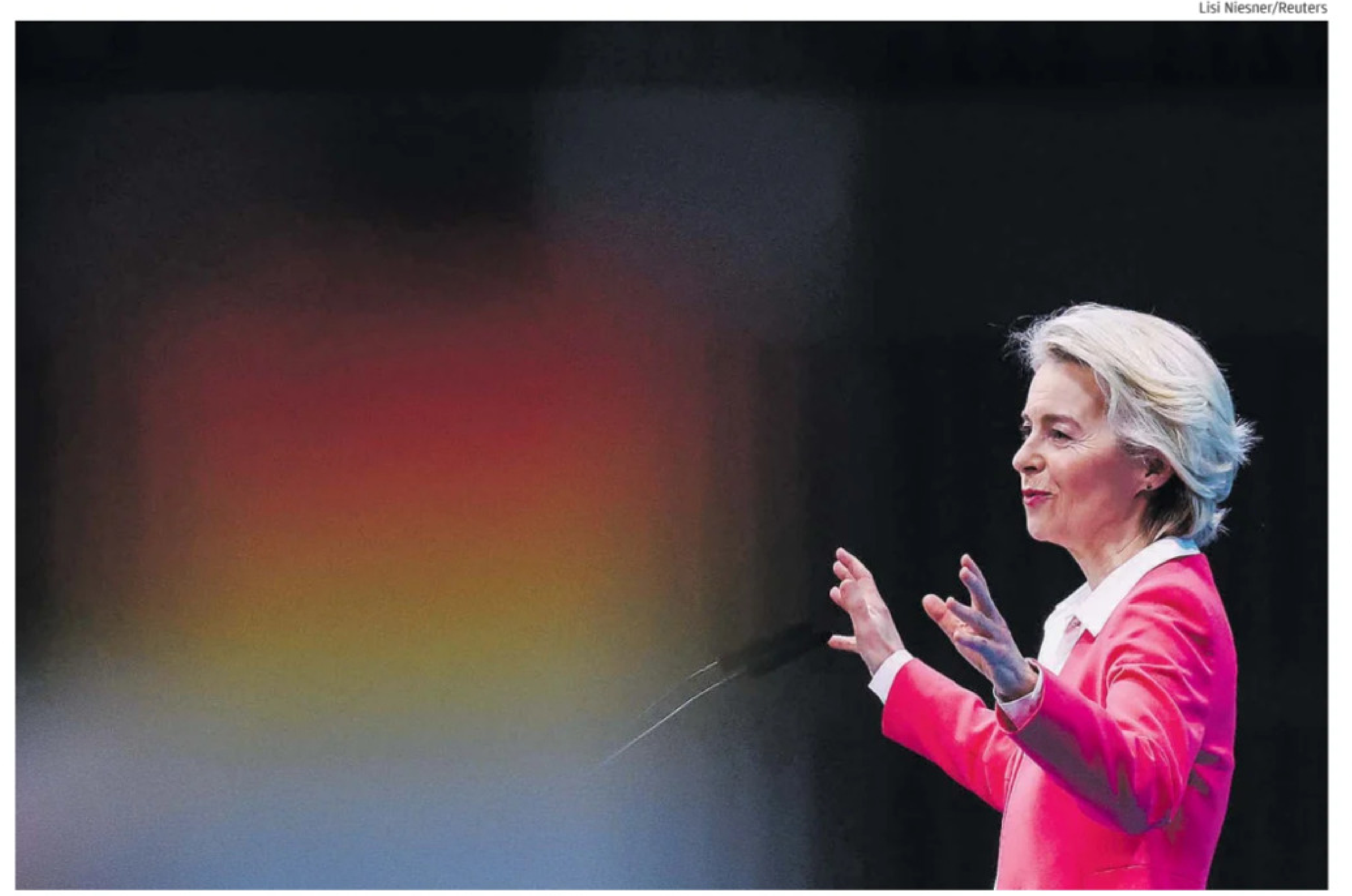



UNIÃO EUROPEIA

Comissão começa a ganhar forma. Itália na linha para a Economia

Depois de conhecidos todos os nomes propostos a Ursula von der Leyen para o novo colégio de comissários começam a surgir rumores sobre a distribuição de pastas. Os indicados pelos 27 ainda podem mudar, uma vez que Von der Leyen estará a tentar forçar a escolha de uma mulher.

Lisi Niesner/Reuters



O objetivo de Ursula von der Leyen de ter uma Comissão paritária corre sérios riscos de não se concretizar.

PAULO RIBEIRO PINTO*
paulopinto@negocios.pt

A presidente reeleita da Comissão Europeia estará já, pelo menos em parte, com um esboço do que será a distribuição de pastas no futuro executivo comunitário. De acordo com o jornal alemão Die Welt, que cita fontes diplomáticas de Bruxelas adiantou esta terça-feira que a importante pasta da economia e da recuperação pós-pandemia deverá ser entregue ao italiano Raffaele Fitto, atual ministro para os Assuntos Europeus no Governo de extrema-direita de Giorgia Meloni.

Ursula conseguiria assim aliviar a tensão com o Executivo de Roma, entregando-lhe uma importante pasta, além de uma das vice-presidências da Comissão Europeia (CE). Recorde-se que Meloni absteve-se na votação de Von der Leyen e votou contra os nomes de António Costa para a presidência do Conselho Europeu e de Kaja Kallas para chefe da diplomacia dos 27.

Para já, o nome de Maria Luís Albuquerque, proposto por Luís Montenegro para se juntar a Von der Leyen ainda não surge com uma possível pasta atribuída ou em que possa encaixar no novo executivo.

De acordo com o diário alemão, o veterano Valdis Dombrovskis continuaria com uma das vice-presidências executivas, com responsabilidade pelo alargamento da União Europeia e a reconstrução da Ucrânia.

Já a espanhola Teresa Ribera – atual ministra do Ambiente no executivo de Pedro Sánchez – ficaria responsável pela superpasta da dupla "transição" – verde e digital.

A lista a ser apresentada por Von der Leyen ainda tem de receber "luz verde" do Parlamento Europeu.

O francês Thierry Breton continuaria com o mercado interno, repetindo a tutela que detém atualmente. Também o eslovaco Maros Sefcovic estará na calha para se manter como vice-presidente executivo e responsável pelos assuntos interinstitucionais. O checo Jozef Sikela, atual ministro da indústria e comércio ficará com a energia e o embaixador da Polónia na UE, Piotr Serafin, com o orçamento.

O teste de Estrasburgo

Até que a nova Comissão assuma totais poderes, ainda tem de passar pelo crivo dos eurodeputados do Parlamento Europeu. As audições deverão ocorrer ainda em setembro e início de outubro.

As audições obrigatórias no Parlamento Europeu aos nomes propostos pelos Estados-membros não se adivinham fáceis e, por tradição, há sempre alguns que acabam por cair. Por exemplo, em 2019, foram "chumbados" os comissários indigitados pela Roménia e pela Hungria, a quem tinham sido atribuídas, respetivamente, as pastas dos transportes e a da política de vizinhança e alargamento.

Este ano, não se espera que todos os nomes sejam validados, sobretudo porque o pedido de Ursula von der Leyen para que os países apresentassem dois candidatos – um homem e uma mulher – foi ignorado por grande parte dos Estados-membros. De tal forma que a imprensa sediada em Bruxelas indicou que a presidente da Comissão remeteu para Estrasburgo essa espinhosa tarefa de reclamar maior paridade, podendo deixar cair alguns nomes. ■

*Com AGÊNCIAS

BREVES

REGRAS EUROPEIAS

FRANÇA A CAMINHO DE UM DÉFICE ACIMA DE 6%

Com um procedimento por défices excessivos aberto por Bruxelas, a França – que continua sem Governo – poderá ultrapassar em 2025 a fronteira de 6% de défice orçamental em percentagem do PIB. Os alarmes já soaram no ano passado quando o saldo foi de -5,5% do produto, agora ficou o aviso do ministro demissionário da Economia, Bruno Le Maire aos membros da comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Nacional. "Há um grave desequilíbrio nas contas públicas", assumiu o Ministério da Economia numa nota aos deputados, antevendo um défice de 5,6% para este ano. Em causa está um "buraco" de cerca de 16 mil milhões de euros para o exercício em curso, sendo que o Governo demissionário tinha proposto cortar o défice para para 5,1% do PIB. ■

AMBIENTE

GOVERNO SUECO RETIRA IMPOSTO AÉREO

O Governo sueco anunciou esta terça-feira que vai suprimir a partir de 01 de julho de 2025 o imposto ecológico para viagens de avião que tinha sido introduzido em 2018. A medida estava a ser discutida há vários meses e resulta de um acordo do Governo conservador sueco liderado por Ulf Kristersson, com os seus aliados de extrema-direita Democratas da Suécia, que lhe garantem maioria parlamentar. A eliminação do imposto tem como objetivo impulsionar o transporte aéreo no país e melhorar a acessibilidade em todo o território, segundo os partidos que apoiam a medida. ■

DADOS

LISBOA RECORRE SOBRE MULTA DO "RUSSIAGATE"

A Câmara de Lisboa vai recorrer da decisão judicial de multar o município em cerca de um milhão de euros pela partilha de dados de ativistas russos, no processo conhecido como "Russiagate", confirmou a autarquia à agência Lusa. "A Câmara Municipal de Lisboa confirma que irá recorrer da multa aplicada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no valor de um milhão de euros relativa ao envio de dados de ativistas russos em 2021, durante a presidência de Fernando Medina", indicou o executivo liderado por Carlos Moedas, numa resposta escrita. Para o social-democrata, citado no texto, o incidente, ocorrido durante a gestão socialista, "é inaceitável", mas é um dever do município "recorrer para proteger os lisboetas e salvaguardar o bom nome da instituição". ■

HABITAÇÃO

RENDAS AUMENTAM 6,5% NUM ANO

Os preços das casas para arrendar em Portugal aumentaram 6,5% num ano, segundo dados do portal imobiliário Idealista divulgados esta terça-feira. Arrendar casa continua a ser mais caro em Lisboa e no Porto, mas foi em Coimbra que se verificou o maior crescimento homólogo dos preços no final de agosto. Segundo o índice de preços do Idealista – que considera os preços de oferta (com base nos metros quadrados construídos) publicados pelos anunciantes desse portal imobiliário, excluindo anúncios atípicos e com preços fora de mercado –, arrendar uma casa em Portugal custava 16,30 euros por metro quadrado no final de agosto, tendo em conta o valor mediano das rendas. Há um ano, custava 15,30 euros. Coimbra foi a capital de distrito do país onde os preços das casas para arrendar mais subiu. No espaço de um ano, os preços disparam 16,7%. Arrendar um casa em Coimbra custa agora 11,20 euros por metro quadrado. Além de Coimbra, outras três capitais de distrito registaram um crescimento dos preços por metro quadrado acima de 10%: Leiria (12,8%), Setúbal (11,4%) e Faro (10,2%). ■

EMPRESAS

AVIAÇÃO

TAP agita águas de novo. Pedrosa nega acusações

Possíveis crimes, uma capitalização autofinanciada, contratos simulados, pagamentos duvidosos e 185 milhões em consultoria por causa de decisões políticas. IGF arrasa negócio de 2015. Pedrosa nega acusações.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

A TAP está outra vez no centro do debate político depois de serem conhecidas as conclusões do relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) sobre a privatização da transportadora aérea em 2015.

A análise, ordenada pelo ex-ministro das Finanças Fernando Medina, em 2023, conclui, no essencial, que a empresa foi chamada a prestar garantias de 226,75 milhões de dólares (205 milhões de euros ao câmbio atual) no financiamento da sua própria capitalização.

No documento da IGF lê-se que a Atlantic Gateway – consórcio que juntou o brasileiro-americano David Neeleman ao português Humberto Pedrosa – adquiriu 61% do capital da TAP, SGPS, "comprometendo-se a proceder à sua capitalização através de prestações suplementares de capital, das quais 226,75 milhões de dólares americanos foram efetuadas através da sócia DGN com fundos obtidos da Airbus". O montante, acrescenta, "coincide com o valor da penalização assumida pela TAP, SA, em caso de incumprimento dos acordos de aquisição de 53 aeronaves, o que evidencia uma possível relação de causalidade entre a aquisição das ações e a capitalização da TAP, SGPS e os contratos celebrados entre a TAP, SA e a Airbus".

Em resumo: a TAP foi, no contexto da privatização e sem ter meios financeiros para tal, obrigada a comprometer-se com a compra de 53 aviões à fabricante, e a assumir que se a compra não acontecesse teria de pagar uma indemnização de 226,75 milhões de dólares. O valor é igual a uma das fatias da privatização, que seria financiada pela Airbus.

A operação pode ter constituído uma violação da regra do Código das Sociedades Comerciais, segundo a qual uma empresa não pode prestar financiamento a terceiros para que adquiram uma participação nela própria.

Pedrosa nega ilegalidades

A conclusão da IGF é rejeitada por Humberto Pedrosa. O dono do grupo Barraqueiro assegura em comunicado que é "falso e leviano dizer que a TAP foi adquirida [...] por fundos da própria companhia", argumentando que a Atlantic Gateway adquiriu a sua participação na TAP por 10 milhões de euros com fundos próprios dos acionistas e que o dinheiro proveniente da Airbus serviu apenas para capitalizar a empresa. E realça que, quando entrou como acionista, "o acordo com a Airbus já estava negociado por David Neeleman".

O dono do grupo Barraqueiro escreve ainda que perdeu muito dinheiro no processo. "Durante a participação no capital da TAP, injetámos 12 milhões de euros em prestações acessórias para cumprimento de diversos compromissos, que acabariam por ficar na TAP, para meu prejuízo", enfatiza.

Brasil foi ruinoso

O negócio da manutenção no Brasil é também visado pela IGF, que considera que "não se encontra demonstrada a racionalidade económica da decisão da administração da TAP de participar no negócio da VEM/TAP ME Brasil e, posteriormente, de não aceitar uma proposta da Geocapital, de 2007, de renegociar a parceria no sentido, designadamente, de partilhar riscos e encargos, tendo, ao invés, optado pelo reforço da sua posição na VEM, sem orientações das tutelas ou da acionista Parpública nesse sentido, ficando acionista única da Reaching Force e detentora de 90% do capital da VEM". Os auditores perspetivam "perdas muito significativas com aquele negócio pela não recuperabilidade dos valores envolvidos, que, até 2023, ascendiam a 906 milhões de euros".

Contratos simulados, milhões em consultoria

A IGF entende que existiram casos de contratos "simulados" com os administradores da TAP, o que terá permitido que estes tenham evitado responsabilidades fiscais. A diferença entre os valores determinados pela Comissão de Vencimentos e os efetivamente cobrados é de mais de 700 mil euros. A TAP argumenta, sem demonstrar, que a diferença se justifica com a Taxa Social Única (TSU).

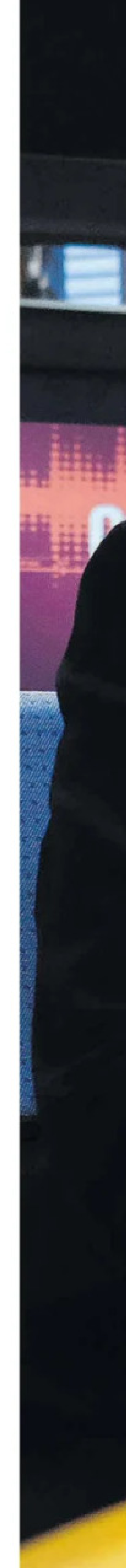
O relatório conclui também que a privatização da TAP em 2015 levou a companhia a gastar 47,1 milhões de euros em serviços de consultoria. Mais tarde, durante o período que culminou na renacionalização, despendeu mais 138,3 milhões de euros. Somados, os dois processos atingem cerca de 185 milhões.

Entre 2005 e 2022, a contratação de serviços de consultoria atingiu 400,6 milhões de euros, envolvendo 1.308 entidades. A TAP, SA foi responsável pela vasta maioria: cerca de 370 milhões de euros. A SGPS incorreu em 30 milhões.

A auditoria conclui ainda que existe um conjunto de contratos no valor de 11,7 milhões de euros sobre o qual há dúvidas quanto ao beneficiário efetivo. ■

Air France-KLM mantém interesse na privatização

A Air France-KLM permanece interessada na TAP e diz aguardar os termos da recapitalização. Numa resposta ao Negócios, fonte oficial do grupo franco-neerlandês escreve que "desde que o Governo português anunciou a intenção de privatizar a TAP, o Grupo Air France-KLM manifestou, em várias ocasiões, o seu interesse em tornar-se acionista da companhia aérea", garantindo que continua a "acompanhar o processo de privatização – que ainda não foi iniciado – e, por isso, aguarda com expectativa os termos específicos da privatização e o calendário que vier a ser definido". Não foi possível contactar o outro interessado, a IAG. Além da Lufthansa, os dois foram, nos últimos meses, recebidos pelo Governo, escreveu o Jornal Económico.



Humberto Pedrosa foi a outra cara do

Miguel Baltazar



consórcio liderado por Neeleman. Na saída ouviu, ao contrário do brasileiro, elogios do governo de então.

Pinto Luz no centro de furacão político devido a passado na privatização

Auditoria fez ondas de choque em São Bento. PS desafia Montenegro a dizer se mantém confiança no ministro que em 2015 esteve ligado à venda. Restante oposição deixa avisos e exigências.

O passado do ministro das Infraestruturas na privatização de 2015 colocou o governante debaixo dos holofotes, com a oposição a tecer críticas, pedidos de esclarecimento e desafios a Luís Montenegro.

"O meu lugar pertence ao senhor primeiro-ministro", afirmou Pinto Luz nesta terça-feira, depois de serem tornadas públicas as conclusões do relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF). A análise levanta dúvidas sérias sobre o negócio da privatização da companhia em 2015, quando o segundo – e curto – Governo de Passos Coelho levou a cabo a venda de 61% da companhia à Atlantic Gateway. Questões de tal forma graves que a IGF recomendou o envio do relatório ao Ministério Público – coisa que o Governo garante já ter feito. Em 2015, quando o negócio foi finalizado, Pinto Luz era secretário de Estado das Infraestruturas.

O papel do governante no negócio de 2015 levou já o PS a desafiar Luís Montenegro a dizer se mantém a confiança no ministro, colocando dúvidas sobre a capacidade de Pinto Luz para levar a cabo o atual processo de venda a privados. "Com urgência, é preciso que Luís Montenegro venha dizer se Miguel Pinto Luz pode continuar a dirigir um processo semelhante a um anterior em que se revelou que não houve transparência", defendeu a líder parlamentar socialista. Alexandra Leitão sublinha que a mesma pessoa que em 2015 "liderou um processo envolto em tantas suspeitas é a mesma que hoje está a liderar o processo de privatização da TAP". Também o PAN defendeu que o governante deve ser afastado deste dossiê.

O Chega classificou o caso como "uma trapalhada". O líder parlamentar Pedro Pinto acusou o primeiro-ministro de ser cúmplice, porque quando chamou Pinto Luz para o Governo "sabia quem estava a nomear".

Já a Iniciativa Liberal quer saber quando e como é que a TAP vai ser vendida e remeteu eventuais consequências políticas do relatório para o primeiro-ministro. "Quando é que a TAP é privatizada? Como é privatizada? Como é que é defendido o dinheiro dos contribuintes?", questionou o deputado Rodrigo Saraiva.

A coordenadora do Bloco de Esquerda, por sua vez, entende que Pinto Luz é um "ativo tóxico" no Governo e que "não tem idoneidade" para gerir o dossiê TAP. Mariana Mortágua anunciou que vai propor que o governante, assim como a antiga ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque, sejam ouvidos no parlamento.

O PCP também exigiu a presença destes nomes no parlamento. A líder da bancada comunista, Paula Santos, reiterou que "está mais do que comprovado que a privatização não é solução".

O PSD quer ouvir a IGF na Assembleia e associou o momento da divulgação à indicação da ex-ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque como comissária europeia. "Até agora não houve nenhum tema neste dossiê todo que não tenha sido já do conhecimento público [...] A única novidade [...] tem a ver com a indicação de Maria Luís Albuquerque para um cargo de elevada importância na Comissão Europeia", disse o deputado Gonçalo Lage. ■ HN

A oposição reagiu com críticas às conclusões da IGF, embora com argumentações diferentes. Pinto Luz foi o nome mais ouvido.

CONCORRÊNCIA

AdC identifica entraves no acesso ao mercado da banana da Madeira

A Gesba, empresa pública regional, é a única entidade reconhecida para receção, qualificação e preparação para distribuição e comercialização da banana na Madeira e a única elegível às ajudas da UE. AdC recomenda mexidas para mitigar "entraves" à variedade de operadores.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

A Autoridade da Concorrência (AdC) recomenda um alívio de requisitos para o reconhecimento de organizações de produtores de bananas na Madeira. Não há nenhuma desde que, em 2008, foi criada a Gesba, que integra o setor empresarial público regional, figurando como a entidade competente para a receber, qualificar, embalar e preparar para a distribuição e comercialização da banana. É ainda a única reconhecida para receber e distribuir as ajudas europeias e complementares regionais.

Num parecer, recentemente publicado, desencadeado por uma exposição, em 2022, da Organizações de Produtores da Banana da Região Autónoma da Madeira (Abama), o regulador nota, desde logo, requisitos "muito díspares" face ao resto do país. É que se em Portugal continental, para ser reconhecida como uma organização de produtores no setor, uma entidade deve ter, no mínimo, sete produtores e um valor da produção comercializada (VPC) de 15 mil euros, nos Açores deve juntar 50 e um VPC de 50 mil euros, enquanto na Madeira se exige um mínimo de 100 membros e um VPC de 5 milhões. A Autoridade da Concorrência sublinha que estes limiares "devem ser sempre devidamente fundamentados em termos da sua adequação, necessidade e proporcionalidade", o que "não ocorre" e, embora conceda que "dadas as diferenças no setor da banana entre as duas Regiões Autónomas não se exclui a adequabilidade de haver também diferenças nos critérios, deixa claro que os patamares estabelecidos na Madeira são "passíveis de ser desproporcionais". Além disso, reforça, o cumprimento da condição legal cumulativa não só se "afigura de muito difícil concretização" como pode ser "até impraticável".

Assim, o regulador propõe ao decisor público regional da Madeira que "reavalie" os limiares mínimos quantitativos, mas adverte que, mesmo num cenário de criação de outras organizações de produtores, podem "surgir barreiras adicionais associadas a conflitos de interesse na atuação da Gesba em detrimento dos bananicultores". Isto porque "as organizações de produtores atuariam na colocação no mercado da produção de bananas em concorrência com a Gesba e caso a Gesba continue a ser a única 'entidade reconhecida' poderá ter o incentivo em privilegiar os seus produtores na distribuição das ajudas, por exemplo, através de uma distribuição prioritária ou menos morosa, 'vis-à-vis' os produtores de outras organizações de produtores, com vista a maximizar a concentração dos produtores na Gesba", razão pela qual sustenta que "será importante acautelar" que novas organizações de produtores possam ter a possibilidade de ser-lhes reconhecido esse estatuto.

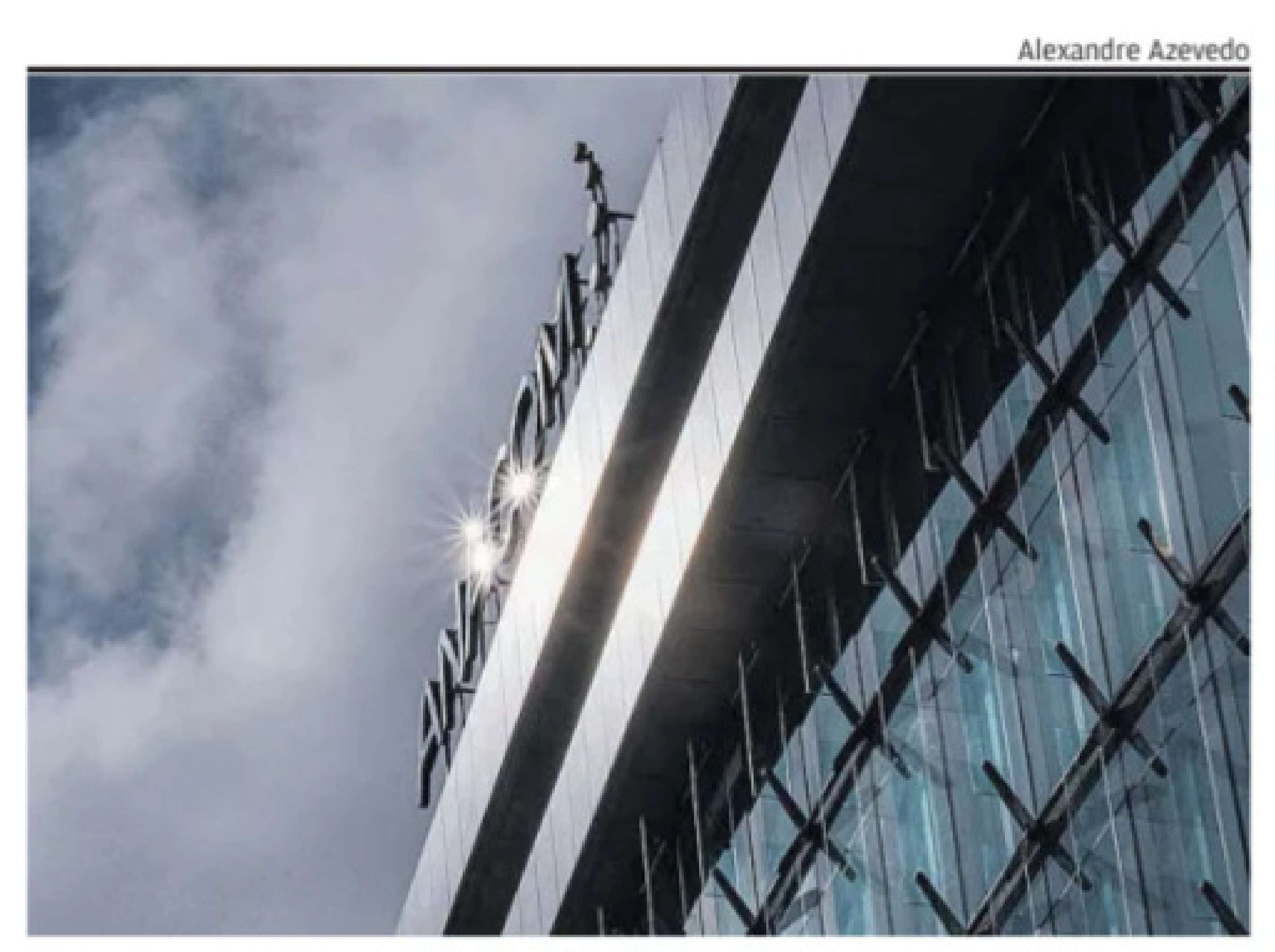
Com estas recomendações, assinala a AdC, "visa-se mitigar entraves legais à entrada e variedade de empresas no setor da banana na Região Autónoma da Madeira, designadamente na comercialização" e "contribuir com medidas de política pública que fomentem a contestabilidade do mercado, suscetível de influir na definição dos preços, da qualidade e da variedade dos bens, assim como nos incentivos à eficiência e à inovação". ■

Richard Baker/Getty Images



Desde a criação da Gesba, em 2008, não existe nenhuma organização de produtores de banana na Madeira.

Alexandre Azevedo



A Anacom atualizou a informação sobre o acesso ao 5G no país.

TELECOMUNICAÇÕES

5G ainda não chega a 29% das freguesias em Portugal

Apesar de continuarem em expansão, as estações de base 5G continuam a não chegar a 895 freguesias em Portugal.

A rede de 5G continua a expandir-se por Portugal, embora ainda de forma heterogénea. No final do segundo trimestre de 2024, as estações de base 5G encontravam-se distribuídas por todos os concelhos do país, mas chegavam apenas a 2.196 freguesias – o que representa aproximadamente 71% do número total de freguesias portuguesas.

Em comparação com os dados do primeiro trimestre deste ano, registou-se um aumento de 20 freguesias com estações de 5G entre abril e junho, um crescimento de cerca de 1 ponto percentual. Isto significa que as estações 5G ainda não chegam a 895 freguesias portuguesas, cerca de 29%, de acordo com a informação reportada pelos operadores à Anacom - Autoridade Nacional de Comunicações.

No final do segundo trimestre de 2024, existiam 10.368 estações de base instaladas por todo o território nacional com tecnologia 5G, mas essa distribuição não é feita de forma homogénea. É na faixa litoral ocidental e na litoral meridional (Algarve) onde se encontra a maior concentração de estações. "Em termos gerais, as zonas do país onde a densidade de estações é superior correspondem também àquelas onde a densidade populacional é mais elevada ou onde existe uma sazonalidade do número de habitantes", refere a reguladora em comunicado.

Em termos de operadoras, a única que não chega a todos os concelhos do país é a Meo, estando presente em 305 dos 308 municípios que existem em Portugal. A nível de variação trimestral, a Vodafone foi a que instalou mais estações de base 5G entre abril e junho, com a criação de 321 estações; seguida da Meo que instalou 43 e da Nos que instalou apenas 5. No entanto, no conjunto total de estações instaladas, a Nos continua a dominar com 4.710 estações, seguida da Vodafone (4.137) e da Meo (1.521). ■

1

ESTAÇÕES DE 5G
No segundo trimestre do ano, passaram a ficar abrangidas 71% das freguesias, mais um ponto percentual do que no trimestre anterior.

RICARDO JESUS SILVA

EMPRESAS

FUTEBOL

Benfica teve quase metade dos ganhos da liga com transferências

Nesta janela de verão, apesar de terem gastado mais do que qualquer outro adversário, os encarnados compensaram com vendas. O saldo do clube, positivo em 89 milhões de euros, representa 48% de todo o bolo da Liga Portugal.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Christophe Petit Tesson/EPA



João Neves foi a maior venda do Benfica neste mercado de verão, tendo rendido 60 milhões de euros.

Naquela que foi apenas a sexta melhor janela de verão da primeira liga – no que à sustentabilidade financeira diz respeito – o Benfica liderou os ganhos com transferências, ficando com um saldo positivo de 89,4 milhões de euros, entre vendas e aquisições de jogadores, segundo o Transfermarkt, site especializado em números do futebol.

O clube presidido por Rui Costa teve gastos de 53,5 milhões de euros (com destaque para Pavlidis e Aktürkoğlu – a surpresa no fecho de mercado) e arrecadou 142,9 milhões (fruto das vendas de João Neves, Marcos Leonardo, Neres e Morato). O saldo obtido representa 48% de todos os ganhos da Liga Portugal.

A segunda SAD com um verão mais positivo do ponto de vista financeiro foi a do Braga, que acumulou um saldo de 28,8 milhões de euros (devido às vendas de Álvaro Djaló, Rodrigo Gomes, Al-Musrati e Abel Ruiz), seguindo-se o Famalicão com 20,3 milhões (neste caso, fruto das saídas de Luiz Júnior para o Villarreal e de Francisco Moura para o FC Porto).

Em quarto lugar surgem os dragões, com um saldo de 18,9 milhões de euros (investimento de 39,1 milhões e receita de 58 milhões). A maior aquisição, de Samu Omorodion, fez o FC Porto desembolsar 15 milhões de euros, enquanto a maior venda, de Evanilson para o Bournemouth, atingiu os 37 milhões.

Há apenas quatro clubes que não terminam a janela de verão com saldo positivo. Destaque para o Sporting, que perdeu 12,3 milhões num mercado em que segurou as suas principais estrelas. Os leões concretizaram a venda de Fatawu e deixaram partir Mateus Fernandes, ambos para Inglaterra. Do lado das compras, a mais cara foi do dinamarquês Conrad Harder, por 19 milhões de euros.

Em conjunto, os 18 clubes da primeira liga investiram 183,2 milhões de euros e arrecadaram 368,9 milhões. O saldo das duas, de 185,7 milhões, é mais do dobro do valor registado na janela de verão anterior (88,8 milhões), mas está longe de ser o melhor desempenho da década: em 2022/23 (sem contar, mais uma vez, com as transferências de inverno, como a de Enzo Fernández), os clubes da principal liga portuguesa apresentaram um saldo de 269,41 milhões. E há ainda outras quatro épocas (2015/16, 2017/18, 2018/19 e 2019/20) com melhor registo financeiro do que o deste verão.

Estes valores não incluem gastos com intermediação nem o mecanismo de solidariedade da FIFA.

Por outro lado, do ponto de vista das contas anuais, não há uma correspondência linear na contabilidade dos clubes, uma vez que as aquisições são registadas como amortização – o valor é dividido pelo número de anos de contrato do jogador comprado. Por exemplo, até ao final do contrato, e enquanto estiver no Benfica, Pavlidis representará uma despesa de 3,6 milhões em cada um dos exercícios da SAD.

Além disso, nas saídas de jogadores há que ter em conta que a contabilização de mais-valias inclui o custo de compra, razão pela qual as vendas de jogadores da formação tendem a ser privilegiadas. ■

185,7

SALDO

Entre aquisições e vendas, os clubes da Liga Portugal acabaram a janela de verão com um saldo de 185,7 milhões de euros.



Sustentabilidade? Objetivos da ONU ficam para trás

A meta definida era 2030, mas os dados do SDSN indicam que nenhum dos objetivos definidos será atingido.

ALEXANDRA COSTA

As alterações climáticas são uma realidade assim como que o planeta está em risco de rutura. Face a isto foram definidos, em 2015, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Acontece que o último Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável (RDS), publicado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDSN), revela que nenhum dos 17 ODS está no bom caminho para ser alcançado até 2030. Os dados apontam que apenas 16% das metas dos ODS estejam a progredir.

Para Júlia Seixas, presidente da SDSN Global e professora e pró-reitora da Universidade Nova de Lisboa, os "17 ODS constituem uma referência para o modelo de desenvolvimento a prosseguir se queremos todos viver com qualidade, em equilíbrio razoável com a natureza e os recursos que nos fornece e em paz", que acrescenta que o relatório "passado mostra que apenas 16% das metas estão a evoluir no sentido de serem alcançadas globalmente em 2030, enquanto as restantes 84% mostram um progresso limitado, insuficiente para serem atingidas em 2030, ou mesmo uma reversão".

Pedro Wilson, diretor da Systemic e especialista em ESG Sustainable Finance, por seu lado, aponta que o relatório também refere que "com base no ritmo de progresso desde 2015, nenhum dos ODS será plenamente atingido em 2030". A explicação? "Esta eventual dissonância pode dever-se a algumas metas associadas a cada um dos ODS poderem ser atingidas, mas nenhum ODS ter a totalidade dessas metas atingida em 2030", aponta Pedro Wilson.

Para a responsável do SDSN Global os dados mostram que os países de elevado rendimento estão além de 75 pp no índice SDG (numa escala de 0 a 100, entendido como a percentagem até ao desempenho ótimo nos ODS), enquanto os Brics passam 65 pp, e os países de baixo rendimento ficam ligeiramente acima de 50 pp.

Na opinião de Júlia Seixas há diversas razões para esta situação: falta de compromisso político efetivo, para nortear políticas públicas e alocação de recursos para os ODS, que muitas vezes obrigam à necessidade de alterar o "business-as-usual"; acesso insuficiente a recursos financeiros, sobretudo pelos países do sul global, nos termos do atual funcionamento do sistema financeiro global; ausência de modelos efetivos e positivos de cooperação multilateral que permita transferência de competências e conhecimento, de tecnologia e outros recursos.

Por outro lado, e como aponta Pedro Wilson, o relatório também refere que o progresso já era lento mesmo antes da pandemia covid-19 e outras crises – e que o ritmo de progresso se reduziu desde 2020. "Ou seja, essas crises recentes podem ter sido um dos principais travões", explica.

O que está mais atrasado

Apesar de, como refere Júlia Seixas, o relatório fazer uma a análise preferencialmente por país e não por ODS, ambos os especialistas apontam como ODS mais "atrasados" os relacionados com a obesidade (incluída na ODS 2), liberdade de imprensa (na ODS 16), "lista vermelha" de espécies em extinção (ODS 15), gestão sustentável de azoto (ODS 2) e esperança de vida à nascença (ODS 3). Metas que, inclusive, na opinião de Pedro Wilson, apresentam sinais de retrocesso. A explicação para isto, para Júlia Seixas, deve-se, em grande parte, à pandemia da covid-19, juntamente com outros fatores que variam entre os países – a expectativa de vida ao nascer. "É reconhecido que o controlo da pandemia covid-19 e, mais recentemente, o controlo da inflação e das consequências dos conflitos na Ucrânia e médio oriente, têm feito divergir a agenda política e social, bem como as respetivas prioridades, e os recursos do desenvolvimento sustentável. O investimento em políticas de armamento é incompatível com o investimento numa agenda para o desenvolvimento sustentável", aponta a responsável da SDSN Global.

Mas nem tudo é negativo. Há ODS que apresentam uma tendência positiva. É o caso do uso de banda larga e internet (ODS 9), acesso à eletricidade (ODS 7) e mortalidade até aos 5 anos de idade (ODS 3). A estes, Júlia Seixas acrescenta ainda o saneamento (ODS 6), e o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), embora reconheça que "o progresso permaneça muito lento e desigual entre os países".

> **É necessária uma abordagem holística para alavancar potenciais sinergias e compensações associadas à transformação dos sistemas alimentares e fundiários e para ter em conta os efeitos colaterais ambientais e sociais incorporados no comércio de produtos agroalimentares.**
>
> JÚLIA SEIXAS,
> Presidente da SDSN Global e professora e pró-reitora da Universidade NOVA de Lisboa

Tendo em conta este cenário, com os objetivos a avançarem mais lentamente do que o previsto é importante definir prioridades. E aí o relatório é claro: "as metas dos ODS relacionadas com os sistemas alimentares e o uso do solo estão particularmente fora do caminho", reflete Júlia Seixas ainda que o ODS 2 (Fome Zero) enfrenta inúmeros desafios e mostra tendências preocupantes no progresso global: 600 milhões de pessoas ainda sofrerão de fome até 2030, e a prevalência de subnutrição aumentou para 10% da população global em 2021 após anos de declínio.

A questão da alimentação, ou mais precisamente o acesso a, é extremamente importante. Isto apesar de "de uma queda no número de países com preços altos dos alimentos, caindo de 48,1% em 2020 para 21,5% em 2021, acompanhada por um aumento constante na produção de cereais de 3,4 toneladas por hectare em 2000 para 4,4 toneladas por hectare em 2021, a prevalência de nanismo e emagrecimento entre crianças menores de cinco anos permanece alta (20% e 7%, respetivamente, em 2021)". A verdade é que, como aponta Júlia Seixas, muitos países agora enfrentam o duplo desafio da subnutrição e de sobrepeso. A prevalência global da obesidade aumentou de 9% em 2005 para 16% em 2022, indicando uma tendência alarmante alta. Nenhum dos 193 Estados-membros da ONU atingiu o SDG 2.

A responsável pela SDSN Global lembra o papel da agricultura. Esta "é responsável por mais de metade da superfície terrestre do planeta e 70% do uso de água doce, mas é profundamente afetada pelo agravamento das alterações climáticas e pela crescente escassez de água. Os sistemas alimentares já contribuem para um terço das emissões globais de gases com efeito de estufa antropogénicas e são o principal impulsionador da perda de biodiversidade". Ou seja, "o sistema alimentar tem impacto direto no ODS 2, ODS 6 (Água Limpa e Saneamento), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Climática), ODS 14 (Vida Abaixo da Água) e ODS 15 (Vida na Terra) e tem um contributo para a realização de todos os outros ODS. O sistema alimentar global deve merecer atenção prioritária".

Então como resolver esta questão? Como atenuar o atraso e mitigar os efeitos? A resposta (imediata) de Júlia Seixas refere que "é necessária uma abordagem holística para alavancar potenciais sinergias e compensações associadas à transformação dos sistemas alimentares e fundiários e para ter em conta os efeitos colaterais ambientais e sociais incorporados no comércio de produtos agroalimentares". A executiva considera que é "essencial alinhar políticas nacionais com os ODS e os limites planetários, tendo em atenção: 1) segurança alimentar e nutrição (ODS 2 e 3); 2) redução de emissões de GEE (ODS 13); 3) conservação de florestas e biodiversidade (ODS 15); e 4) uso sustentável de água, azoto e fósforo (ODS 6, 12 e 14)".

Uma das soluções apontadas pela responsável pela SDSN Global reside na limitação do consumo de proteína aos níveis recomendados e no aumento da par-

Mariline Alves

Apenas 16% das metas estão a caminhar no sentido de serem atingidas globalmente, refere a docente Júlia Seixas.

cela de proteínas derivadas de plantas. "Muitos países, como o Brasil, Alemanha e Suécia, aproveitaram a oportunidade de renovar as suas diretrizes dietéticas para promover dietas saudáveis e sustentáveis. Este esforço deve ser acompanhado de fortes incentivos económicos para a indústria alimentar e consumidores", aponta.

Pedro Wilson, por seu lado, lembra as recomendações da SDSN que incidem no financiamento da agenda de desenvolvimento sustentável: "a SDSN frisa que o investimento em educação e capital humano reduz a pobreza e contribui para o progresso; a atual arquitetura financeira tem de ser reformulada para maior apoio dos países em desenvolvimento"; nas medidas de segurança e paz, "incluindo, por exemplo, desarmamento nuclear e reforço do multilateralismo"; e no acesso universal a tecnologia e inovação.

E Portugal?

Questionado sobre o cenário português o executivo da Systemic lembra que os países da OCDE (Europa incluída) são os que estão em melhor situação e que Portugal é o 16.º país com maior "score" totalizando 80,2, ligeiramente acima da média da OCDE. "Na análise da SDSN, mais de 50% das metas dos ODS em Portugal foram atingidas ou estão na trajetória para 2030", refere.

Júlia Seixas esclarece que o país tem alinhados para atingir as respetivas metas, estão os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 5 (Igualdade de Género), ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Já no campo dos desafios consideráveis estão os ODS 2 (Fome Zero), ODS 12 (Produção e Consumo Sustentável), ODS 13 (Ação Climática), ODS 14 (Vida Subaquática) e ODS 17 (Parcerias). "Sobre estes ODS, vale a pena referir as seguintes tendências negativas: prevalência da obesidade e gestão sustentável do azoto (sob ODS 2); as emissões de azoto associadas às importações, a exportação de resíduos de plástico e a baixa taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (sob o ODS 12); as emissões de gases com efeito de estufa embebidas nas importações (sob o ODS 13); a percentagem de peixes capturados em "stocks" sobre-explorados, de peixes capturados por arrasto, e de peixes capturados e depois descartados (sob o ODS 14); e uma baixa pontuação sobre o sigilo financeiro (sob ODS 17)", refere Júlia Seixas.



Afastarmo-nos do quadro de referência que os ODS nos fornecem, significa um gasto crescente de recursos para nos adaptarmos e sobreviver.

PEDRO WILSON
Diretor da Systemic e especialista em ESG Sustainable Finance

Os dados do relatório têm de ser analisados com cuidado e levados em conta. Porque as consequências do atraso das metas são consideráveis. Como reflete Pedro Wilson, tudo isto leva a biliões de pessoas a viver em condições abaixo do ideal, por vezes abaixo do aceitável, por falta de acesso a condições e a infraestruturas básicas; assimetrias regionais e sociais sem justificação; crescente incidência e severidade de situações de risco climático com impacto nas populações; acima de tudo, desperdício de uma oportunidade crucial de construir um mundo mais equilibrado, justo e resiliente. Mas não só estes. "Afastarmo-nos do quadro de referência que os ODS nos fornecem, significa um gasto crescente de recursos para nos adaptarmos e sobreviver", afirma Júlia Seixas, que acrescenta que o atual exemplo das alterações climáticas deveria bastar para nos fazer parar e refletir sobre o desenho das próximas políticas públicas. As perdas económicas totais resultantes de eventos climáticos e meteorológicos entre 1980 e 2021 ascenderam a mais de 560 mil milhões de euros (com base nos valores do euro em 2021) nos 27 Estados-membros da UE (UE-27), segundo a Agência Europeia do Ambiente (2023) a partir de dados das companhias seguradoras. ■

MATÉRIAS-PRIMAS

Desde o início do ano, só os ovos sobem mais do que o cacau

O preço do cacau já valorizou mais de 5.000 dólares desde janeiro. A tendência não vai parar por aqui, já que se espera um terceiro ano consecutivo de défice global da oferta. E o chocolate vai encarecer.

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt

As cotações do cacau, que em 2023 subiram 70% no mercado de Nova Iorque – onde os contratos de futuros são a referência mundial – prosseguem com uma valorização estonteante este ano, o que vai "amargar" o preço do chocolate nas prateleiras. Desde o arranque de 2024, esta matéria-prima agrícola já encareceu 131,90%, ou 5.455 dólares por tonelada. Não só é a maior subida percentual de entre todas as "commodities" – incluindo as categorias da energia e dos metais –, com exceção dos ovos, como também muitas delas não valem sequer a diferença de preço, em dólares, que se faz sentir este ano.

O cacau fechou a primeira sessão de janeiro a valer 4.275 dólares por tonelada, a rondar máximos de 46 anos, e negoceia agora nos 9.730 dólares. A 19 de abril atingiu um máximo histórico intradiário nos 12.261 dólares e, apesar de os preços estarem agora um pouco mais baixos, o certo é que se mantêm muito altos – e sem darem sinais de que vão parar. Com este cenário, o preço do chocolate irá também ficar mais caro.

Perante o encarecimento continuado do cacau, há fabricantes de chocolate que têm tentado encontrar alternativas para não fazerem refletir todo o aumento de custos no consumidor – e as porções mais pequenas, como as barritas individuais, ou a substituição do cacau por avelã têm sido algumas das opções. De qualquer das formas, é incontornável que o consumidor sinta na carteira este aumento das cotações nos mercados internacionais.

Em abril, quando a matéria-prima dava mostras de que iria continuar a escalar, já o aumento de preços do cacau tinha chegado às prateleiras – fazendo sentir-se em toda a linha, desde a tradicional tablete aos cereais e bolachas até ao leite achocolatado. "É inevitável. Os retalhistas já tiveram de refletir a subida devido à escassez de matéria-prima", disse então ao Negócios o diretor-geral da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), que representa 60 empresas do retalho alimentar. E, dadas as perdas de produção de cacau estimadas a nível mundial, não havia "perspetivas de uma baixa de preços", afirmou Gonçalo Lobo Xavier.

131%

SUBIDA EM 2024

No acumulado do ano, as cotações do cacau registam uma escalada de 130,89%. E parece que a subida não vai parar por aqui.

Hoje, a situação mantém-se – e ao nível da produção, os números até se deterioraram. Segundo as mais recentes estimativas da Organização Internacional do Cacau (ICCO), divulgadas no final de agosto, a escassez desta matéria-prima deverá agravar-se ainda mais na atual campanha agrícola, que decorre de outubro de 2023 a setembro de 2024. Com efeito, aponta a ICCO, a procura deverá superar a produção em 462 mil toneladas nesta campanha. Nas projeções anteriores, divulgadas em maio, previa-se um défice da oferta na ordem das 439 mil toneladas.

A confirmarem-se estes números, será o terceiro ano consecutivo de défice global. A produção da atual campanha deverá ser de 4,33 milhões de toneladas (menos 2,9% face à anterior estimativa da ICCO), ao passo que a moagem de cacau em "stock" deverá ascender a 4,75 milhões (menos 2,1%), refere ainda a organização.

A contribuir para as fracas colheitas estão as difíceis condições meteorológicas e as doenças que atacam os cacaueiros, que têm estado a afetar as colheitas na África Ocidental, que produz cerca de 70% do cacau mundial. Os dois maiores produtores mundiais, Costa do Marfim e Gana, foram atingidos por uma conjugação de fortes chuvas, alternadas com tempo seco, e doenças – com especial destaque, na atual campanha, para a doença da vagem preta. Além disso, as más condições das estradas, num contexto de muita chuva, tornaram ainda mais difícil fazer chegar os grãos disponíveis aos portos.

Os temporais na região oriental da Costa do Marfim têm tido agora um aspeto benéfico, já que torna mais eficaz a aplicação de pesticidas para combater a doença da vagem preta. No entanto, o tempo seco que tem atingido o Gana leva a que as vagens do cacau murchem. E há outra questão: a própria subida dos preços desta "commodity" não tem incentivado grandes aumentos de produção.

"Até agora, não vimos essas estruturas a desenvolverem-se, dado que os produtores estão sobretudo na África Ocidental", sublinhou à plataforma "Catalysts" o principal estratego de matérias-primas do Sacho Bank, Ole Hansen. "Os agricultores dessas regiões precisam que lhes paguem preços mais altos para poderem aumentar a sua produção", acrescentou. E foi precisamente isso que o Gana e a Costa do Marfim fizeram, ao anunciarem no arranque desta semana um aumento de 45% do preço que os respetivos governos pagam aos produtores de cacau pelas suas colheitas principais – por quilo de grão. Segundo Hansen, os preços do cacau poderão manter-se elevados durante mais algum tempo nos mercados – "muito possivelmente até 2026". ■



O cacaueiro dá origem à vagem, que contém os grãos de cacau – também

Jose Cabezas/Reuters



chamados de "alimento dos deuses".

Subida do cacau e do azeite atinge nicho chocolateiro

As fabricantes de chocolate com azeite, que é um produto gourmet, têm-se visto a braços com forte aumento dos custos de produção. Mas o cenário poderá aliviar em breve.

Há quem goste de chocolate preto, há quem prefira o branco ou simplesmente o de leite. Há também quem se delicie se a tablete vier com umas pitadas de sal ou pimenta, ou ainda com outros sabores à mistura, como menta ou laranja. E depois há quem se derreta com o produto gourmet – e o chocolate com azeite faz parte desse segmento. Ora, estando as cotações do cacau tão altas e as do azeite ainda elevadas – se bem que já com um forte alívio face ao início do ano –, as fabricantes deste chocolate de especialidade têm-se ressentido, aponta um relatório da Olive Oil Times.

Até setembro de 2023, o preço do cacau não ultrapassava a fasquia dos 3.600 dólares por tonelada há mais de 30 anos. Depois, o cenário mudou e a cotação tem escalado sucessivamente, devido às colheitas abaixo do esperado – por conta do mau tempo e das doenças que atacam as vagens –, ao contrabando, à especulação de mercado e à mineração ilegal de ouro (destruindo as terras onde estão os cacaueiros), que reduziram a produção e a disponibilidade de grãos, sobretudo no Gana, o maior produtor do mundo.

Já a seca e as altas temperaturas na bacia do Mediterrâneo, em 2023 e 2024, resultaram em anos consecutivos de má colheita da azeitona – e com a produção de azeite em mínimos de uma década, diz o mesmo relatório. O preço do azeite de referência do Fundo Monetário Internacional acabou por ser influenciado e atingiu máximos históricos em janeiro deste ano, nos 10.281 dólares por tonelada. E apesar de estarem agora mais baixos, continuam em níveis bastante elevados.

A conjugação dos altos preços do cacau e do azeite acabou por afetar um mercado de nicho das fabricantes de chocolate com azeite, como é o caso da californiana K+M Chocolates, sublinha a análise da Olive Oil Times. "O preço do cacau causou muita tensão generalizada junto das chocolateiras. Temos a sorte de possuir um inventário generoso de grãos de cacau, mas a manteiga de cacau ficou particularmente dispendiosa", afirmou àquela publicação o diretor-geral da empresa norte-americana, Hallot Parson.

Mas, em breve, a situação talvez possa melhorar um pouco neste nicho de mercado, já que a crise do azeite poderá estar a caminho do fim. "Depois de dois anos de seca, com a produção de azeite a cair e os preços a disparar, tendo mesmo chegado aos 12 euros por litro, as previsões do setor apontam para uma mudança de tendência e um alívio para os consumidores", diz o El Economista, citando fontes do setor em Espanha – a maior produtora mundial de azeite. ■

CARLA PEDRO

12 €

LITRO

Este ano, o preço do litro de azeite chegou aos 12 euros. Já aliviou, mas as chocolateiras deste nicho ainda penam.

O que faz mexer os preços para cima e para baixo

São muitos os fatores que influenciam o preço do cacau. Os gostos dos consumidores, especialmente no que respeita ao chocolate, a incerteza geopolítica, os "stocks", tudo pode fazer mexer.

METEOROLOGIA

● O mix ideal de chuva e sol, nas alturas certas, é algo de que as vagens de cacau precisam para amadurecer adequadamente. Qualquer perturbação climática numa fase do processo de crescimento das vagens pode ter um impacto direto nas colheitas. Longos períodos de tempo seco não ajudam ao bom desenvolvimento dos grãos. Uma má safra significa menor oferta e, consequentemente, aumento dos preços.

DOENÇAS

● Os fungos e outras doenças que atacam os cacaueiros, como a doença da vassoura-de-bruxa ou a podridão-parda, reduzem as colheitas, já que diminuem o rendimento das plantações. As cotações sobem nos mercados internacionais, por força de uma menor oferta.

VARIAÇÕES CAMBIAIS

● O cacau negociado em Londres é denominado em libras esterlinas. Uma vez que o consumo de cacau está concentrado na Europa continental e que grande parte da indústria de processamento desta matéria-prima se encontra na Holanda e Alemanha, uma depreciação da libra face ao euro faz aumentar a procura de cacau – dado ser mais barata a sua importação para processamento com vista ao fabrico de chocolate, sublinha a Materials Risk.

NÍVEL DOS "STOCKS"

● Tal como acontece noutras "commodities", elevados inventários de cacau podem indicar que a procura está fraca, o que pressiona os preços para a baixa. E como o cacau é perecível, os "stocks" rapidamente se podem deteriorar. Já quando os inventários estão em baixa, devido à queda da produção, por exemplo, as cotações sobem.

Publicidade

RODA CM TV DE VERÃO

worten

Faro

ESTE VERÃO, VENHA ANDAR À RODA

DE 12 DE JUNHO A 8 DE SETEMBRO
JARDIM MANUEL BIVAR, EM FARO

DÊ UMA VOLTINHA
E GANHE
5€*
NA APP DA
worten

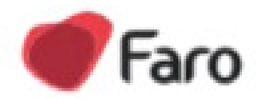
BILHETE INDIVIDUAL
5€

BILHETE FAMÍLIA
(VÁLIDO PARA 4 PESSOAS, INCLUINDO PELO MENOS 1 ADULTO)
15€

(*) Válido para compras acima de 30€ nas categorias de Desporto, Bricolage e Jardim, Casa e Decoração, Beleza, Bebé, Animais de Estimação, Outdoor, Viagem, Moda, Saúde e Bem estar, Acessórios de Carro e Mota. Válido até 30 de setembro exclusivamente em compras na APP.

Parceria Institucional













Uma Iniciativa







OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO



CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Coincidências...

O país ficou ontem a saber que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) produziu (mais) um relatório sobre a privatização da TAP. A "novidade" do documento é que a empresa terá sido comprada por David Neeleman mediante um empréstimo de 225 milhões de euros caucionado pela própria empresa.

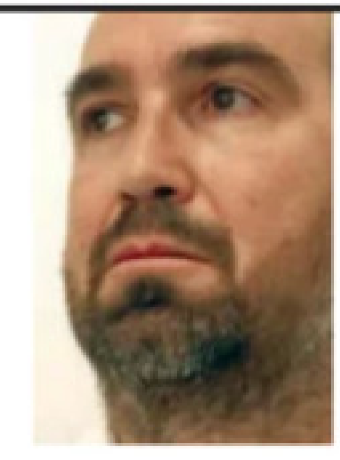
Vamos deixar de lado o facto de a "estória" ser antiga. Houve vários meios de comunicação social a falar do assunto nos últimos 8 anos. Mais: a própria comissão parlamentar de inquérito à TAP motivou dezenas de horas de discussão sobre a empresa, onde esta questão foi várias vezes escalpelizada. Por todos os partidos.

Vamos também deixar de lado o facto de o "leak" ser conhecido depois de o inspetor-geral de Finanças ter sido substituído por este Governo. E vamos ainda esquecer outro facto: o frete que o mesmo inspetor-geral tinha feito ao Governo anterior, a propósito da mesma TAP, bem expresso numa vergonhosa intervenção na comissão parlamentar (onde se percebeu que a IGF não tinha sido diligente a conduzir as investigações: por exemplo, nem sequer ouviu a ex-CEO da empresa, Christine Ourmières-Widener).

Centremo-nos antes noutra questão: a oportunidade desta "estória". Ou seja, porque é que o relatório. E a resposta é simples: dar cabo da candidatura de Maria Luís Albuquerque à Comissão Europeia. Não é por acaso que o relatório diz que a "jogada" de David Neeleman era conhecida pelo secretário de Estado das Infraestruturas do Governo de Passos Coelho (Sérgio Monteiro) e pela ministra das Finanças dessa altura (Maria Luís Albuquerque).

Tudo isto cheira mal pelo facto de a IGF, um organismo da administração pública que devia estar acima de qualquer suspeita, aparecer envolvida numa luta política lamentável (como se percebeu quando António Ferreira Fernandes foi ouvido no parlamento, passando a ideia de estar a fazer um frete ao anterior Governo). Miguel Pinto Luz, ouvido ontem sobre o assunto, esclareceu que o Governo enviou o relatório para o Ministério Público. Fez muito bem. ■

O QUINTO CADERNO



FRANCISCO MOTA FERREIRA
Ex-jornalista de política. Escritor e consultor de comunicação
francisco.mota.ferreira@gmail.com

Não chateiem o Pedro Nuno Santos

Enquanto os partidos políticos continuarem a falar mais para si e menos para os Portugueses, o fosso entre eleitores e eleitos será cada vez maior, com consequências, graves, para o aumento da abstenção em atos eleitorais e, no limite, para o funcionamento da própria democracia.

Os partidos andam há anos a usar os mesmos modelos, argumentos e estratégias. E as rentrées são o reflexo de um suposto tiro de partida para o reinício de mais um ano político, onde cada um dos "players" se tenta posicionar.

Das várias rentrées fica a ideia de que todos estão preocupadíssimos com o Orçamento do Estado. A sua aprovação, o seu chumbo ou abstenção, quem cede o quê a quem, quem demite, quem é demitido, quem perde a face ou quem acha que pode fazer o que se fez há quase 40 anos atrás, como se, entretanto, o mundo não tivesse mudado e até Marx não tivesse percebido que a História, quando se repete, surge como farsa.

É, se calhar, natural que os partidos gostem de olhar para o passado. E, nas tertúlias entre todos (porque todos falam com todos fora dos holofotes da comunicação social), adorem citar de cor o filósofo espanhol George Santayana (que muitos nem sequer sabem quem é) e mostrar que se recordam muito bem do passado e que não o querem repetir. Principalmente nos seus erros.

Mas mais parece é que Marx, afinal, tinha razão e andamos há anos a assistir ao mesmo filme. E a insistir nos mesmos erros. E as rentrées, para além de servirem de hipotéticas provas de vida dos partidos, são usadas para a classe mostrar ao povo supostas preocupações futuras.

E, tal como uma peça de teatro que foi reposta, quem anda um bocadinho mais atento ao que se passa na bolha, sabe perfeitamente que tudo isto é uma enorme encenação de todas as partes. Não interessa a ninguém ter o próximo Orçamento do Estado chumbado: do Presidente da República, ao Governo, passando pelos partidos da oposição, aos presidentes das 308 câmaras municipais, e às infindáveis supostas elites e grupos de interesses que se sentam à mesa do poder e se contentam com as suas migalhas.

Porém, até à aprovação do OE, vamos todos andar aqui a perder tempo, enquanto o país, que deveria avançar, fica em suspenso à espera de algo que é (quase) uma certeza. Mas, porque é preciso manter as aparências, vamos assistir a muito esbracejar, muita gritaria, muitas indignações, ameaças, promessas e dramatizações. Porém, não se deixe enganar: o próximo Orçamento do Estado já passou, mas cada um dos "players" acha que é muito importante vir para as televisões, rádios, jornais e redes sociais dizer o que pensam (e, às vezes, o seu contrário) para mostrar que não podem deixar de dar o ar da sua graça, num propósito e objetivo de que quem não aparece não é visto. E quem não é visto, como sabemos, é esquecido.

Todos, sem exceção, têm algo a perder se, por alguma teimosia improvável, o Orçamento fosse chumbado. Há, contudo, aqui, uma variável importante, que pode contrariar as certezas em relação a tudo aquilo que acima escrevi. A vontade de Pedro Nuno Santos (PNS) continuar a ser líder do PS, ambicionar disputar as próximas eleições legislativas e tentar ser PM.

A pressão para que o PS viabilize este OE é enorme. De dentro e de fora do partido. E eu não queria estar no lugar do Pedro neste momento, a ter de passar o dia a ouvir bocas, recados, piadas, conselhos e opiniões que, invariavelmente, colocam dúvidas no homem que parecia ter tantas certezas.

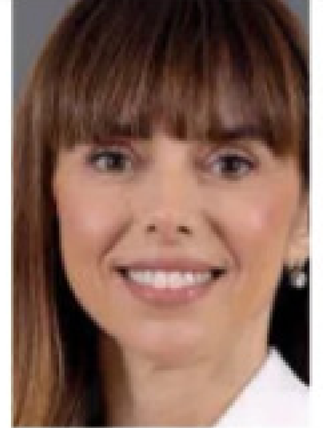
Se o líder socialista perceber que pode ter o seu lugar em causa com esta aprovação, não há militante, partido, país ou sentido de Estado que o demova na defesa do chumbo do OE. Perceba-se o que foi dito nas entrelinhas: o "não chateiem o PS" dito por PNS, não é mais do que "não me chateiem". O sucessor de António Costa no partido até pode ser muita coisa, mas tem sagacidade política para perceber os passos que pode ou não dar. Numa altura em que o seu clube de fãs, dentro do PS, está a cair a olhos vistos, Pedro Nuno Santos sabe que o tempo corre contra si e pode fazer uso da única bomba atómica que tem, neste momento, disponível: levar o PS a chumbar o OE e provocar uma crise política cuja palavra final caberá, uma vez mais, a Marcelo. ■

Coluna semanal à quarta-feira

> Das várias rentrées fica a ideia de que todos estão preocupadíssimos com o Orçamento do Estado.

> Perceba-se o que foi dito nas entrelinhas: o "não chateiem o PS" dito por PNS, não é mais do que "não me chateiem".

DEANS' CORNER
Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.

JOÃO DUQUE
Presidente do ISEG – Lisbon School of Economics and Management

JOANA PAIS
Vice-Presidente do ISEG – Lisbon School of Economics and Management

Recomeços


Na universidade, esta é a semana de Ano Novo! A época mais esperada, que ativa os futuros de tantos jovens e reinicia a energia de toda a comunidade académica. É um ano cheio de expectativa e compromisso, um ano de apostas fortes na aprendizagem, na investigação, na inovação, nas pessoas e na alegria.

Somos uma escola Triple Crown (assim designada por termos conseguido a tripla acreditação das agências internacionais: EQUIS, AACSB e AMBA), uma distinção obtida por menos de 1% das "business schools" de todo o mundo, e acabámos de receber uma excelente avaliação institucional num concurso da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (9,5 em 10, uma espécie de quadro de honra). Estamos felizes, mas de mangas arregaçadas.

Esta semana chegaram ao ISEG os novos estudantes: 450 de licenciatura, 800 de mestrados e 70 novos doutorandos. Recebemos todos com satisfação e calor (o ISEG faz ótimas sessões de receção). Mas este "kit" de boas-vindas também traz trabalhos de casa, principalmente para os professores.

A investigação portuguesa está a viver um exercício de avaliação internacional que resultará numa nota (afinal, vivemos numa escola) e em financiamento competitivo, crucial para alavancar todos os projetos que temos sonhado para os próximos anos. É dinheiro que vamos transformar em laboratórios (também temos laboratórios na economia), em ecrãs de análise financeira, em salas de tomada de decisão (chamámos-lhe o cockpit), em acesso a dados, em conferências, seminários e ginásios de ideias. É dinheiro que vamos gerir com critério, mas ambição, para o devolvermos em conhecimento novo e saber-fazer.

João Cortesão


> Esta semana chegaram ao ISEG os novos estudantes: 450 de licenciatura, 800 de mestrados e 70 novos doutorandos.

Para esta avaliação da investigação, escolhemos uma estratégia de grupo, sólida e solidária, à luz da Escola que somos onde, garantindo o direito à diferença se encontram plataformas comuns que nos orgulham e fortificam. Reunimos todos os coletivos da escola numa unidade única – somos a maior unidade de investigação em Economia e Gestão do país, com 195 membros doutorados integrados. Criámos novas infraestruturas na área comportamental, para a gestão de dados, a inovação e a sustentabilidade. O cockpit vai ser um espaço dedicado ao estudo e ensino das políticas públicas (o ISEG vive ao lado do Parlamento), e um observatório da economia portuguesa.

Vamos fazer estas coisas todas porque temos muitas pessoas connosco, porque temos uma estratégia e estamos carregados de vontade. Como os nossos estudantes. Como os nossos investigadores e aqueles que vamos contratar (tivemos 9,5 em 10 num concurso para apoio à contratação de investigadores, o FCT-Tenure). Com os jovens líderes de grupo em que apostámos para mobilizar as diferentes áreas do conhecimento, da economia e gestão à matemática, organizações, desenvolvimento e inovação. Com os nossos serviços administrativos e de gestão (vamos continuar a contratar técnicos, prestem atenção).

É um Ano Novo e haverá muitas novidades que prometemos ir divulgando à medida que os resultados sejam conhecidos. Seguimos juntos. ■



MARIANA MAZZUCATO
Diretora-fundadora do Instituto de Inovação e Valor Público da University College of London, e presidente do Conselho de Economia da Saúde para Todos da Organização Mundial da Saúde.

A inteligência coletiva e o bem comum

A inteligência coletiva está a tornar-se um "slogan" que pretende captar a essência da economia do conhecimento, em que multidões colaboram nos desafios difíceis, e em que cada um dá o seu contributo original. O resultado é a experimentação e inovação contínuas, que originam grandes descobertas. E com a proliferação da inteligência artificial, os participantes neste processo podem nem ser humanos. É um pensamento agradável, não é?

Por muito interessante que esta descrição possa ser, a nossa narrativa romântica sobre a forma como a descoberta acontece, obscurece as condições da colaboração. Quem é que participa? Quem é que realmente cria valor? E como é que os benefícios estão a ser distribuídos? Quem lucra com o "status quo" preferiria que estas perguntas não fossem feitas.

E, no entanto, estas perguntas são pertinentes, porque muitos daqueles que contribuem para a inovação são frequentemente ignorados. O trabalho é normalmente negligenciado, tal como acontece com o estado. Chamei a atenção para isto no meu livro de 2013, "The Entrepreneurial State" ("O Estado Empreendedor"), em que examinava a tendência para considerar o setor privado como sendo propenso a arriscar com o intuito de criar valor, e o estado como sendo simplesmente um mitigador de riscos ou um impedimento para a criação de valor. Este enquadramento tradicional ignora o papel do estado na fundação de inovações como as vacinas de mRNA contra a covid-19, que foram viabilizadas com cerca de 31,9 mil milhões de dólares de investimento público norte-americano.

Se não repensarmos estas narrativas acerca da criação de valor, a inovação continuará a beneficiar apenas os acionistas, ao invés de beneficiar todos as partes intervenientes – desde os trabalhadores às comunidades onde as empresas operam. Para que o "valor das partes intervenientes" possa ser mais do que um truque de governança corporativa, para além de termos de reconhecer que o valor é criado coletivamente, temos também de garantir que os benefícios são partilhados de forma mais abrangente entre todos os criadores.

Por exemplo, os lucros deviam ser reinvestidos na economia real, ao invés de serem aplicados na reaquisição de ações, a qual ascendeu a 6,3 biliões de dólares entre 2010 e 2019. Para piorar a situação, ao abrigo do sistema atual, os paraísos fiscais custam aos governos, em termos coletivos, entre 500 e 600 mil milhões de dólares por ano, correspondentes a perdas de receitas provenientes dos impostos sobre o rendimento coletivo, e a magnitude é ainda maior se também considerarmos os indivíduos muito ricos. Esta evasão impede que todos os intervenientes colham os benefícios da inteligência e colaboração coletivas.

Para resolver o problema, temos primeiro de compreender de que forma é que a inteligência coletiva permite a criação de valor. A colaboração implica a partilha de conhecimento, mas se privatizarmos conhecimento e investigação, isso torna-se mais difícil. Faz sentido que haja direitos de propriedade intelectual para incentivar o investimento e a inovação. Mas se esses direitos forem demasiado abrangentes, podem provocar abusos motivados por razões estratégicas. Se forem demasiado restritivos, torna-se mais difícil aceder ou licenciar as tecnologias. E se estiverem muito concentrados a montante, mantendo-se a privatização das ferramentas de investigação, a descoberta e a inovação serão prejudicadas.

Tal como os contratos que concedem 17 anos de lucros monopolistas a uma determinada empresa (no caso dos Estados Unidos), as patentes deveriam ser negociadas e geridas tendo em conta estas considerações. Ao invés de funcionarem como uma simples ferramenta para resolver as assimetrias da informação – um tipo de falha de mercado – devem delinear o sistema alargado de gestão do conhecimento.

De que forma é que um sistema genuíno de inteligência coletiva pode alterar a estrutura das patentes (em medicina, por exemplo) e de outros contratos que determinem a forma como o conhecimento é criado e partilhado? Como referi anteriormente, o objetivo de todas as nossas atividades económicas deveria ser contribuir para o bem comum. Este é o princípio que deveria orientar o nosso pensamento acerca da colaboração e distribuição de benefícios.

Sempre que a riqueza é criada socialmente, há muitos parceiros no processo colaborativo que terão assumido riscos sem quaisquer garantias de retorno. Independentemente do poder que a inteligência coletiva possa ter, o fracasso é sempre uma possibilidade. Mas sempre que o sucesso surgir, os benefícios deverão ser partilhados com a mesma amplitude dos riscos que foram assumidos. Caso contrário, o processo é mais parasitário do que simbiótico.

Os ecossistemas de inovação mutualísticos garantiriam que os benefícios monetários fossem partilhados (por exemplo, através de planos de participação nos lucros ou planos acionistas); ou que o conhecimento fosse partilhado; ou que os preços dos produtos finais (como os medicamentos) refletissem o investimento coletivo que receberam. Raramente isto acontece, não apenas no que respeita aos medicamentos, mas também às tecnologias digitais e energias renováveis. Por exemplo, há muitas empresas de energias renováveis que beneficiam de planos fiscais generosos, o que significa que o público sustenta as respetivas margens de lucro sem participar nos rendimentos.

No domínio digital, a abordagem orientada para o bem comum garantiria que as novas tecnologias como a IA originassem oportunidades para a criação de valor público. Neste aspeto, a diversidade é essencial, porque a inovação sai beneficiada se for considerada a partir de diferentes perspetivas. É por essa razão que a Apple juntou músicos, designers e artistas para ajudar a conceber os seus produtos. A única aterragem na lua foi um sucesso porque os vários departamentos da NASA trabalharam em conjunto de forma horizontal, ao invés de trabalharem de forma vertical.

A inteligência coletiva não é um pensamento de grupo, que apenas cria silos e provoca riscos desnecessários. Num comentário que fiz anteriormente, alertei para o facto de os sistemas alimentados por IA estarem a reproduzir preconceitos sociais injustos. Se não houver uma melhor fiscalização, os algoritmos que deveriam contribuir para uma melhor gestão dos benefícios sociais por parte do setor público, podem prejudicar as famílias necessitadas.

Por último, é importante expressarmos as nossas opiniões, na medida em que para encontrar soluções duradouras para os nossos maiores problemas, é cada vez mais necessário que haja contestação e negociação. Frequentemente, verifica-se que os resultados das políticas são distorcidos por quem melhor se consegue fazer ouvir, por quem consegue pagar aos melhores advogados, e por quem tem mais poder para influenciar a orientação e definir os objetivos da inovação.

Será que a finalidade da recolha e análise de dados digitais é enriquecer apenas algumas pessoas, ou é libertar-nos, contribuindo, por exemplo, para aumentar a disponibilidade e acessibilidade da habitação? Atendendo a que é frequente os consumidores de tecnologia disponibilizarem gratuitamente os seus dados pessoais às empresas – apesar das crescentes preocupações no que respeita à proteção de dados – não deveriam poder expressar a sua opinião relativamente à forma como a tecnologia é desenvolvida?

Consideremos também as alterações climáticas. As comunidades indígenas sofrem desproporcionalmente as consequências de um problema criado por outrem. Não deveriam desempenhar um papel de destaque nos debates sobre a Amazónia e a melhor maneira de a proteger? No âmbito das recentes negociações do tratado global sobre pandemias, pediu-se aos países de baixa renda que partilhassem os seus dados patogénicos sem quaisquer garantias de que viessem a ter acesso aos produtos que daí resultassem. Estas partes intervenientes precisam de ter uma palavra a dizer no que respeita a determinar o futuro da inovação farmacêutica, bem como no que respeita à distribuição dos respetivos benefícios.

A verdade sobre a forma como o valor é criado e distribuído devido à inovação colaborativa tem sido lamentavelmente escondida. Se desmistificarmos a crença de que o valor é criado pelo setor privado, e que o estado é, na melhor das hipóteses, um mitigador de riscos e um gestor de crises, poderemos desenvolver um entendimento adequado sobre a forma como a inovação funciona. Se quisermos utilizar o poder da inteligência coletiva, teremos de adotar o enquadramento orientado para o bem comum. Tendo em conta a dimensão dos atuais desafios globais, teremos de fazê-lo rapidamente. ■

> A inteligência coletiva não é um pensamento de grupo, que apenas cria silos e provoca riscos desnecessários.

Tradução: Raquel Teixeira da Silva

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**







...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de Agosto de 2024: **4.170 exemplares**

SA LUÍS AFONSO







BREVES

EMAILS

FISCO ALERTA PARA FRAUDES

A Autoridade Tributária e Aduaneira alertou ontem para a existência de emails fraudulentos que estão a ser enviados a contribuintes com links de ligação a supostas respostas do serviço e-balcão, cujo objetivo é apoderar-se de dados pessoais. ■

UCRÂNIA

ZELENSKY MUDA 50% DO GOVERNO

O Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, deverá anunciar hoje mudanças em mais de metade do Governo, segundo o porta-voz do seu partido, Servo do Povo. A remodelação ocorre numa fase sensível da invasão russa, iniciada em fevereiro de 2022. ■

ISRAEL

TERCEIRO DIA DE PROTESTOS

Milhares de pessoas manifestaram-se esta terça-feira, pelo terceiro dia consecutivo, e bloquearam o trânsito numa rua em Telavive, exigindo ao primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, uma trégua em Gaza e a libertação dos reféns nas mãos do Hamas. ■

DOURO

Viticultores com esperança após encontro com Marcelo

Tiago Petinga/Lusa



O Presidente da República recebeu ontem em Belém uma delegação de viticultores do Douro.

Viticultores do Douro saíram ontem "com mais alguma esperança" da reunião com o Presidente da República, que desafiou o Governo a adotar medidas imediatas para resolver a crise nesta região, disse o autarca de São João da Pesqueira.

A reunião decorreu no Palácio de Belém, em Lisboa e nela participaram 20 viticultores, três elementos da Câmara de São João da Pesqueira, distrito de Viseu, e também o secretário de Estado da Agricultura, João Moura.

"Saíamos daqui com mais alguma esperança", afirmou o presidente do município duriense, Manuel Cordeiro, que referiu que, nesta vindima, há viticultores com muitas dificuldades em escoar as suas uvas.

O objetivo da reunião foi ouvir os viticultores durienses sobre os problemas que enfrentam, tendo sido marcada depois de Marcelo Rebelo de Sousa cancelar um encontro com os produtores na sexta-feira, em São João da Pesqueira, por causa da queda do helicóptero de combate a incêndios que provocou a morte a cinco militares da GNR.

Manuel Cordeiro considerou que o chefe de Estado exerceu "a sua magistratura de influência" e disse acreditar que o secretário de Estado levará essa mensagem também ao ministro da Agricultura e, consequentemente, ao Governo. Invocando quebras nas vendas e "stocks" cheios, operadores não estão a comprar uvas aos viticultores ou estão a comprar em menos quantidade.

No entanto, os agricultores alegam também que têm vindo a receber cada vez menos pelas suas uvas, enquanto os custos de produção são cada vez maiores. ■ LUSA

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt





ANA PAULA MARTINS

Ministra da Saúde

Na segunda-feira, os enfermeiros das unidades locais de saúde dos hospitais de Lisboa, Porto e Coimbra começaram uma greve parcial por tempo indeterminado. Na terça-feira, a Fnam convocou uma greve nacional de médicos para 24 e 25 de setembro, acusando a ministra da Saúde de ter agravado "o caos instalado" no SNS. A saúde vive uma tempestade permanente que cerca Ana Paula Martins.. ■





MIGUEL PINTO LUZ

Ministro das Infraestruturas

Era secretário de Estado das Infraestruturas quando se fez a privatização da TAP em 2015, a qual agora é colocada em causa por uma auditoria da IGF. Passados nove anos Miguel Pinto Luz volta a ter um papel determinante num novo processo de venda da TAP, mas o relatório da IGF deixa-o numa posição política de enorme fragilidade. O ministro fica assim em condições precárias para liderar esta segunda privatização. ■